



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS



GABRIEL CAVALCANTE DE SOUSA

**O MERCADO DE TRABALHO FORMAL EM TERESINA (PI) (2010-2019):
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA
E DO ÍNDICE DE QUALIDADE DO EMPREGO FORMAL**

Orientador: Prof. Dr. Juliano Vargas

TERESINA - PI

2022

GABRIEL CAVALCANTE DE SOUSA

**O MERCADO DE TRABALHO FORMAL EM TERESINA (PI) (2010-2019):
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA
E DO ÍNDICE DE QUALIDADE DO EMPREGO FORMAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, como requisito para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Área de concentração: Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais

Orientador: Prof. Dr. Juliano Vargas

TERESINA - PI

2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

S725m Sousa, Gabriel Cavalcante de.
O mercado de trabalho formal em Teresina (PI) (2010-2019) :
avaliação dos resultados da Intermediação de Mão de Obra e do
Índice de Qualidade do Emprego Formal / Gabriel Cavalcante de
Sousa. -- 2022.
73 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro
de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em
Políticas Públicas, Teresina, 2022.
“Orientador: Prof. Dr. Juliano Vargas”.

1. Índice de Qualidade do Emprego Formal (IQEF).
2. Intermediação de Mão de Obra (IMO). 3. Teoria Pós-Keynesiana.
4. Teresina (Piauí). 5. Emprego formal. I. Vargas, Juliano. II. Título.

CDD 320.6

Bibliotecária: Francisca das Chagas Dias Leite – CRB3/1004

**O MERCADO DE TRABALHO FORMAL EM TERESINA (PI) (2010-2019):
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA
E DO ÍNDICE DE QUALIDADE DO EMPREGO FORMAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, como requisito para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Área de concentração: Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais.

Aprovada em 08/12/2022.

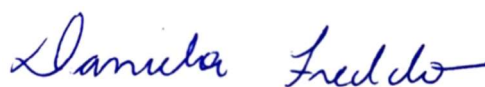
BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br JULIANO VARGAS
Data: 19/03/2023 08:02:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Juliano Vargas (Presidente)
Universidade Federal do Piauí
(UFPI/PPGPP)



Prof. Dr. Osmar Gomes de Alencar Júnior (Examinador
Interno) Universidade Federal do Piauí (UFPI/PPGPP)



Prof.^a Dra. Daniela Freddo (Examinadora
Externa) Universidade de Brasília (UnB)

*À minha família.
A todos aos quais este trabalho trará contribuição.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força nos momentos mais difíceis e me apresentado com uma família maravilhosa.

Aos professores, professoras e amigos do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, em especial ao meu orientador, Prof. Dr. Juliano Vargas, e a Profa. Dra. Guiomar Passos. Também sou grato aos docentes que se dispuseram a participar da banca de avaliação, Prof. Dr. Osmar Gomes de Alencar Junior, Profa. Dra. Daniela Freddo e Prof. Dr. Samuel Costa Filho, pela gentileza de lerem e colaborarem para o aprimoramento desta pesquisa.

Aos meus familiares e amigos.

“Todo o homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego”.
Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), Art. XXIII, § 1

RESUMO

O emprego da mão de obra tem sido uma das grandes questões da atualidade, devido a um contexto de intensas modificações nas relações de trabalho, justadas pelas transformações econômicas e tecnológicas, além da globalização e das mudanças nos processos de gestão. Esses fatores têm apontando para uma crise no padrão tradicional de alocação de mão de obra. Diante desse cenário, o trabalho passa a se apresentar sob formas diversas, apontando para uma crescente flexibilização e demandando do poder público ações para a realização da valorização do trabalhador e sua inserção no mercado de trabalho formal. Sendo assim, e através do prisma da Teoria Pós-Keynesiana, o objetivo nesta dissertação é analisar o mercado de trabalho formal com foco nas políticas de trabalho, emprego e renda na capital do estado do Piauí (Teresina). Primeiramente, o foco é teórico, via discussão do mercado de trabalho, na perspectiva da Teoria Pós-Keynesiana. Nesse plano, serão examinados os resultados da política de IMO promovida pelo SINE no período de 2015 a 2019 em Teresina. Depois disso, serão calculados os resultados do Índice e Qualidade do Emprego Formal (IQEF), no período de 2010 a 2019, para a capital piauiense, tomando como indicadores setoriais áreas como a extrativa mineral, a indústria de transformação, os serviços industriais de utilidade pública, a construção civil, o comércio, os serviços, a administração pública, a agropecuária, a extração vegetal, a caça e a pesca. Os dados serão relacionados à evolução dos vínculos empregatícios, à faixa etária dos trabalhadores que compõem o mercado de trabalho formal, ao sexo do trabalhador, ao grau de escolaridade, à remuneração média do ano em salários mínimos (quando acumulada, representa a massa salarial) e, por fim, ao grau de rotatividade. As principais contribuições deste estudo emergiram das autorias pós-keynesianas, que assumem a existência do desemprego involuntário como um problema macroeconômico decorrente do funcionamento da economia capitalista. Assumem também que a flexibilização dos salários não resulta em aumento do emprego, podendo sim trazer maior incerteza para o cálculo capitalista. O SINE registrou uma involução nos resultados de suas principais ações para IMO, atuando com baixa efetividade nas colocações de trabalhadores no mercado de trabalho formal teresinense. E a reestruturação produtiva do mercado de trabalho formal teresinense entre os anos 2010 e 2019 promoveu crescimento quantitativo e qualitativo, porém com efeitos inversamente proporcionais, um em relação ao outro.

Palavras-chave: Índice de Qualidade do Emprego Formal (IQEF); Intermediação de Mão de Obra (IMO); Teoria Pós-Keynesiana; Teresina (Piauí); emprego formal.

ABSTRACT

The employment of manpower has become one of the major issues today, due to a context of intense changes in labor relations, justified by economic and technological changes, in addition to globalization and changes in management processes. These factors have pointed to a crisis in the traditional pattern of labor allocation. Faced with this scenario, work starts to present itself in different forms, pointing to a growing flexibility and demanding actions from the public power to carry out the valorization of the worker and his insertion in the formal labor market. Therefore, and through the prism of Post-Keynesian Theory, the objective of this dissertation is to analyze the formal labor market with a focus on Labor, Employment and Income Policies in the capital of the state of Piauí (Teresina). Firstly, the focus is theoretical via discussion of the labor market from the perspective of Post-Keynesian theory. Next, the results of the IMO policy promoted by SINE in the period from 2015 to 2019 in Teresina will be examined. After that, the results of the Index and Quality of Formal Employment (IQEF) will be calculated in the period from 2010 to 2019 for the capital of Piauí, taking as sectoral indicators areas such as mineral extraction, the transformation industry, industrial services of public utility, construction, commerce, services, public administration and agriculture, plant extraction, hunting and fishing. The data will be related to the evolution of employment relationships, to the age group of workers that make up the formal labor market, to the worker's sex, to the level of education, to the average remuneration of the year in minimum wages (when accumulated, it represents the salary mass) and, finally, the degree of turnover. The main contributions of this study emerged from Post-Keynesian authors who assume the existence of involuntary unemployment as a macroeconomic problem arising from the functioning of the capitalist economy. They also assume that the flexibilization of wages does not result in an increase in employment, but may bring greater uncertainty to the capitalist calculation. The SINE registered an involution in the results of its main actions for IMO, acting with low effectiveness in the placement of workers in the formal labor market of Teresina. And the productive restructuring of the Teresina formal labor market between 2010 and 2019 promoted quantitative and qualitative growth, but with inversely proportional effects in relation to each other.

Keywords: Formal Employment Quality Index (IQEF); Labor Intermediation (IMO); Post Keynesian Theory; Teresina (Piauí); formal employment.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 – Número total de pessoas atendidas pelo SINE e que requerem seguro-desemprego – Teresina (2015-2019).....	34
Gráfico 2 – Número de trabalhadores inscritos no SINE – Teresina (2015-2019).....	35
Gráfico 3 – Número de vagas oferecidas pelo SINE, segundo a classificação/tipo – Teresina (2015-2019).....	36
Gráfico 4 – Número total de encaminhamentos realizados pelo SINE – Teresina (2015-2019).....	36
Gráfico 5 – Número total de colocações promovidas pelo SINE – Teresina (2015-2019).....	37
Gráfico 6 – Números de vagas ofertadas pelas empresas, trabalhadores inscritos, encaminhados às empresas e colocados pelo SINE – Teresina (2015-2019).....	37
Gráfico 7 – Comparativo entre admitidos e desligados CAGED (número de pessoas) – Teresina (2015-2019).....	38
Gráfico 8 – Taxa de efetividade dos encaminhamentos, taxa de aproveitamento das vagas e taxa de colocação no mercado de trabalho formal (%) – Teresina (2015-2019).....	39
Gráfico 9 – Evolução dos vínculos formais (número de pessoas) – Teresina (2010-2019).....	46
Gráfico 10 – Evolução de vínculos por sexo (número de pessoas) – Teresina (2010-2019).....	46
Gráfico 11 – Participação por sexo nos setores (número de pessoas) – Teresina (2010-2019).....	47
Gráfico 12 – Evolução de vínculos por faixa etária (número de pessoas) – Teresina (2010-2019).....	48
Gráfico 13 – Evolução de vínculos por setores do IBGE (número de pessoas) – Teresina (2010-2019).....	49
Gráfico 14 – Evolução do grau de escolaridade por setores do IBGE (número de pessoas) – Teresina (2010-2019).....	50
Gráfico 15 – Evolução da quantidade de vínculos por faixa de remuneração (número de pessoas) – Teresina (2010-2019).....	51
Gráfico 16 – Evolução de remuneração por faixa – Teresina (2010-2019).....	51
Gráfico 17 – Evolução salário médio por setores do IBGE – Teresina (2010-2019).....	52
Gráfico 18 – Evolução da taxa de rotatividade por setores do IBGE (%) – Teresina (2010-2019).....	54
Gráfico 19 – Índice de rotatividade – Teresina (2010-2019).....	58

Gráfico 20 – Índice de escolaridade – Teresina (2010-2019).....	59
Gráfico 21 – Índice de remuneração média – Teresina (2010-2019).....	61
Gráfico 22 – Índice de concentração salarial – Teresina (2010-2019).....	62
Gráfico 23 – Índice de qualidade do emprego formal – Teresina (2010-2019).....	64
Gráfico 24 – Comparativo entre a evolução qualitativa e a taxa de crescimento quantitativo do mercado de trabalho formal – Teresina (2010-2019).....	64
Gráfico 25 – Comparativo entre a evolução qualitativa e quantitativa do mercado de trabalho formal – Teresina (2010-2019).....	65
Tabela 1 – Índice de rotatividade nos setores da economia de Teresina (2010-2019).....	57
Tabela 2 – Índice de escolaridade nos setores da economia de Teresina (2010-2019).....	59
Tabela 3 – Índice de remuneração média nos setores da economia de Teresina (2010-2019).....	60
Tabela 4 – Índice de concentração salarial nos setores da economia de Teresina (2010-2019).....	62
Tabela 5 – Índice de Qualidade do Emprego Formal nos setores da economia de Teresina (2010-2019).....	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
IQEF	Índice de Qualidade do Emprego Formal
IMO	Intermediação de Mão de Obra
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PIS	Programa de Integração Social
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
OIT	Organização Internacional do Trabalho
SINE	Sistema Nacional de Emprego

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	O MERCADO DE TRABALHO NA PERSPECTIVA DA TEORIA PÓS-KEYNESIANA: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	16
2.1	ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO: A DEMANDA E OFERTA DE MÃO DE OBRA.....	18
2.2	A TEORIA KEYNESIANA E O MERCADO DE TRABALHO.....	20
2.3	A TEORIA PÓS-KEYNESIANA E O MERCADO DE TRABALHO.....	24
2.4	MERCADO DE TRABALHO: A RELEVÂNCIA TEÓRICA DO PENSAMENTO PÓS-KEYNESIANO.....	27
3	AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DA POLÍTICA DE INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA PROMOVIDA PELO SINE NO MUNICÍPIO DE TERESINA (PIAUÍ) DE 2015 A 2019.....	29
3.1	O SINE E A POLÍTICA DE IMO.....	30
3.2	METODOLOGIA PARA A AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE IMO.....	32
3.3	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	34
3.4	CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ATUAÇÃO DO SINE NA CAPITAL PIAUIENSE: AVANÇOS E RETROCESSOS.....	39
4	AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO ÍNDICE DE QUALIDADE DO EMPREGO FORMAL EM TERESINA (2010-2019).....	42
4.1	ANÁLISE DESCRITIVA DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL EM TERESINA DE 2010 A 2019	44
4.1.1	Considerações e cuidados na interpretação dos dados da RAIS e do CAGED....	44
4.1.2	Evolução dos vínculos empregatícios por sexo e faixa etária.....	46
4.1.3	Evolução do grau de escolaridade.....	49
4.1.4	Remuneração média.....	50
4.1.5	Taxa de rotatividade.....	53
4.2	METODOLOGIA PARA O CÁLCULO DO IQEF.....	54
4.2.1	Resultados dos índices de rotatividade, escolaridade, remuneração média e concentração salarial em Teresina.....	56
4.2.1.1	Índice de rotatividade.....	57
4.2.1.2	Índice de escolaridade.....	58

4.2.1.3	Índice de remuneração média.....	60
4.2.1.4	Índice de concentração salarial.....	61
4.3	ÍNDICE DE QUALIDADE DO EMPREGO FORMAL.....	63
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
	REFERÊNCIAS.....	69

1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem estrutura complexa, tanto nos obstáculos e desafios que apresenta para o seu crescimento e desenvolvimento quanto nas possíveis soluções para eles. Em seu mundo de trabalho, essa realidade não é diferente, por apresentar inúmeras facetas. Ao examinar especificamente a questão do trabalho formal, observa-se que, ao longo do tempo, esse tem sido um grande desafio, sobretudo motivado pelo contexto socioeconômico e político do país. Apesar de nos últimos anos ter havido avanços no crescimento dos postos de trabalho formal e desenvolvimento individual, é mister um maior esforço coordenado das instituições e da sociedade como um todo para que, de fato, ocorra o crescimento efetivo e sustentável no país.

Consoante a isso, a Teoria Econômica proporciona percepções poderosas do comportamento individual e social. Em âmbito puramente científico, essas percepções são interessantes por ajudarem a compreender importantes aspectos da vida. Além disso, o governo, a indústria, a mão de obra e outros grupos passaram a compreender cada vez mais a utilidade dos conceitos e dos processos do pensamento econômico na formulação de políticas sociais.

O mercado de trabalho é onde se encontram pessoas que estão aptas a participar da atividade produtiva da economia e que procuram esses trabalhadores potenciais para a manufatura das matérias-primas e, conjuntamente com o capital, para gerarem um produto final. Reitere-se, nesse quadro, que o emprego da mão de obra tem-se constituído um dos grandes problemas da atualidade, dentro de uma perspectiva nacional, estadual e até mesmo municipal, principalmente no tocante à qualificação. Ao observar que o mercado de trabalho na cidade de Teresina passa por um ciclo de crescimento, surge a necessidade de analisar se este crescimento quantitativo é acompanhado por uma evolução qualitativa da mão de obra na cidade.

Posto isso, configura-se como objeto geral deste estudo analisar o mercado de trabalho formal de Teresina. Essa análise será fundamentada na economia do trabalho, que constitui o estudo do funcionamento e resultados do mercado de trabalho. Mais especificamente, a economia do trabalho preocupa-se principalmente com o comportamento dos empregadores e empregados em resposta aos incentivos gerais de salários, preços, lucros e aspectos não pecuniários das relações empregatícias, como as condições de trabalho.

Diante do exposto, a pergunta para a qual será aventada uma resposta é a seguinte: a reestruturação produtiva entre os anos 2010 e 2019 possibilitou o crescimento de postos de trabalho formal e contribuiu para a melhoria da qualidade do emprego formal? A hipótese da pesquisa é de que o perfil da mão de obra no mercado de trabalho tenha evoluído, uma vez que as empresas demandam mão de obra cada vez mais qualificada, dados os ganhos produtivos.

No que tange aos aspectos analíticos, esta dissertação de mestrado é fundamentada a partir do pensamento Pós-Keynesiano. A metodologia a ser empregada, levando em consideração tanto a questão proposta quanto o contexto geral que abarca o assunto, é definida por um delineamento de caráter qualitativo e quantitativo. Quanto ao aspecto qualitativo, este estudo conta com informações e argumentações fundamentadas a partir de fontes bibliográficas correlatas ao tema em questão. Nesse caso, o aporte teórico fornece dados para o desenvolvimento do pensamento crítico sobre o assunto, de onde partem as possíveis relações entre suas diversas variáveis que aprofundam o debate. Quanto aos elementos quantitativos, esses também têm a finalidade de embasar a pesquisa desenvolvida. Frisa-se que será buscada correlação dessas variáveis estatísticas com os fatos suscitados, fundamentando-os e, dessa maneira, favorecendo obter resultados via integração e complementaridade desses métodos. Estabelecido isso, pretende-se apontar respostas mais ampliadas ao fenômeno estudado.

Opera-se com um recorte temporal compreendido entre 2010 e 2019, escolhido porque, no transcorrer desse período as flutuações no mercado de trabalho se fizeram acompanhar de políticas públicas, e o efeito dessas intermediações provocaram transições importantes nas estatísticas de empregabilidade.

As justificativas para investigação sobre o mercado de trabalho formal teresinense perpassam por dois aspectos principais. O primeiro refere-se à necessidade de discussão acerca das mudanças impressas no mercado de trabalho que avalie os resultados da Política de Intermediação de Mão de Obra (IMO) e que posteriormente analise o Índice de Qualidade do Emprego Formal (IQEF). Vale frisar que há uma escassez de fontes de pesquisa que proponham análise semelhante e/ou conjunta sobre a economia teresinense, seus desdobramentos institucionais e suas inter-relações com o mercado de trabalho formal, em qualquer que seja o recorte temporal. É nesse sentido que se pretende oferecer uma contribuição original. O segundo aspecto refere-se às possibilidades de contribuir com a proposição de estratégias para as políticas públicas em execução.

Importa marcar ainda que a pesquisa utilizou fontes primárias e secundárias. O levantamento de fontes secundárias buscou leituras sobre o mercado de trabalho à luz da Teoria Econômica Pós-Keynesiana. Em busca da fonte primária, o caminho metodológico percorreu a trilha documental, com o fim de extrair dados do Relatório de Situação de Produção de Posto de Atendimento – IMO, gerado pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE); do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e; da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), ambos mantidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Através do prisma da Economia Social e do Trabalho, esta dissertação está dividida em cinco capítulos. Este primeiro capítulo apresenta o tema e as especificidades que envolvem o trajeto desta pesquisa. O segundo capítulo tem como objetivo geral apresentar uma revisão de literatura sobre o pensamento Pós-Keynesiano, com base em fontes bibliográficas secundárias que contribuem para a compreensão da dinâmica do mercado de trabalho nas economias capitalistas e tem como foco inicial organizar e expor alguns conceitos fundamentais sobre o mundo do trabalho, com os intuitos de melhor delimitar o assunto e de situar o leitor sobre o tema, para em seguida ressaltar os aspectos institucionais que mais contribuem para a atual configuração do mercado de trabalho.

O terceiro capítulo busca avaliar os resultados das ações da política de IMO promovidas pelo SINE de 2015 a 2019 no município de Teresina (Piauí), verificando se essas ações proporcionaram a inserção do trabalhador no mercado de trabalho formal.

O quarto capítulo objetiva comprovar se o aumento quantitativo do emprego formal entre 2010 e 2019 foi acompanhado por uma evolução qualitativa da mão de obra a partir do cálculo do IQEF. Nesse mesmo capítulo, serão apresentados os dados referentes aos setores da economia (extrativa mineral, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio, serviços, administração pública e agropecuária, extração vegetal, caça e pesca) segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Por fim, o quinto e último capítulo faz as considerações finais no intuito de apresentar a resposta para a pergunta de pesquisa, de mostrar as relações mais relevantes entre os dados encontrados e de apontar as principais inferências relativas ao estudo, bem como sugestões de possíveis desdobramentos que favoreçam futuramente outros enfoques e outras pesquisas da temática em pauta.

2 O MERCADO DE TRABALHO NA PERSPECTIVA DA TEORIA PÓS-KEYNESIANA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

A Teoria Econômica favorece extrair percepções de cunho analítico tanto do ponto de vista individual quanto social. Em um nível puramente científico, tais percepções ajudam a compreender importantes aspectos da vida. Além disso, o governo, a indústria, a mão de obra e outras categorias passaram a compreender cada vez mais a utilidade dos conceitos e processos do pensamento econômico a partir da formulação e implementação de políticas públicas. Nesse sentido, a Teoria Econômica é:

a sistematização conceitual dos processos e fenômenos econômicos ou reconstrução abstrata da realidade econômica, fazendo uso das categorias de um método de investigação. A Teoria Econômica procura encontrar as determinações essenciais dos fenômenos econômicos, separando o acessório do fundamental, com isso estabelecendo formulações universais, num trabalho de síntese. É por meio da teoria que a economia se entrelaça com a história, a sociologia, a antropologia e outras ciências afins. Seu papel não se limita à interpretação do que ocorre no plano da produção, da circulação e do consumo. É também o ponto de partida para a formulação de respostas aos problemas econômicos surgidos em cada etapa do desenvolvimento social (SANDRONI, 1999, p. 600).

Para Ocio (1995), a Teoria Econômica sempre teve grande dificuldade em lidar com a variável trabalho, e a área de conhecimento Economia do Trabalho não possui uma estrutura básica, ou seja, pode ser representada por vários modelos que levam a resultados distintos. Segundo Ehrenberg e Smith (2000), Borjas (2012) e Ramos (2012), a Economia do Trabalho constitui um estudo do funcionamento e dos resultados do mundo do trabalho. Mais especificamente, a Economia do Trabalho preocupa-se em especial com o comportamento dos empregadores e empregados em resposta aos incentivos gerais de salários, preços, lucros e aspectos não pecuniários das relações empregatícias, como as condições laborais.

O mercado de trabalho é onde se encontram trabalhadores (ofertantes de trabalho) aptos a participar da atividade produtiva da Economia e empregadores (demandantes de trabalho) com capital para – dentre outras coisas – remunerarem o fator trabalho. Pactuados, os primeiros promovem a manufatura das matérias-primas e os segundos (via investimento) gerarão certo produto final (EHRENBERG; SMITH, 2000; BORJAS, 2012; RAMOS, 2012). Nessa ótica, o mercado de trabalho se divide em dois, quanto ao padrão contratual: o formal e o informal. Os trabalhadores do setor formal vivem em um sistema de maior segurança (amparados juridicamente), têm carteira assinada ou estão no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)

(no caso específico do Brasil), pagam suas obrigações legais e têm um pouco mais de segurança quanto ao futuro. Por outro lado, os trabalhadores do setor informal vivem sem garantias quanto aos seus vencimentos e não têm obrigações legais a pagar – ao menos derivadas diretamente da sua atividade laboral.

O emprego da mão de obra tem-se constituído em um dos grandes temas da atualidade, devido a um contexto de intensas modificações nas relações de trabalho, justificadas pelas transformações econômicas e tecnológicas, mudanças nos processos de gestão e globalização. Esses fatores têm apontando para uma crise no padrão tradicional de alocação de mão de obra. O trabalho passou, então, a se apresentar sob formas diversas, apontando para uma crescente flexibilização e retratando um cenário bastante distinto daquele vivenciado no período seguinte à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), marcado pela formalidade e assalariamento (KOVÁCS, 2014).

Partindo desses deslocamentos em torno das relações de trabalho nos dias atuais, inquieta saber se a flexibilização dos salários é uma alternativa para a redução do desemprego; e, ainda, como a escola do pensamento Pós-Keynesiano se posiciona em relação a flexibilização dos salários. Nesse propósito, este capítulo se enlaça ao plano de apresentar uma revisão de literatura do pensamento Pós-Keynesiano, com base em fontes bibliográficas secundárias, que contribuam com a compreensão da dinâmica do mercado de trabalho nas economias capitalistas. Para isso, pretende especificamente descrever a demanda e a oferta de mão de obra na Teoria Econômica; descrever a demanda e a oferta de mão de obra na visão Keynesiana; e analisar o mercado de trabalho via Teoria Pós-Keynesiana.

É importante frisar que nas Ciências Econômicas é comum a existência de correntes teórico-metodológicas alternativas à perspectiva dominante (*mainstream*). Na segunda metade do século XX, economistas pertencentes a essas correntes começaram a entender suas perspectivas como parte do que se chama, agora, de heterodoxia. Uma dessas correntes heterodoxas é o Pós-Keynesianismo (DAMMSKI; CAVALIERI; PINTO, 2017).

Para Lavoie (2006), a economia heterodoxa é composta por escolas rivais de pensamento econômico, no entanto complementares. Devido ao fato de essas abordagens estarem em posição minoritária, há, como resultado, uma contratendência de unidade. A visão dos pós-keynesianos está intimamente ligada à dos institucionalistas, principalmente aqueles inspirados por Thorstein Veblen e John Kenneth Galbraith. Assim como Keynes, normalmente eles se preocupam com questões macroeconômicas (LAVOIE, 2006).

Segundo Dammski, Cavalieri e Pinto (2017), o pós-keynesianismo pode ser definido como uma corrente da economia que dá importância às questões de política econômica. Essa corrente encontra sobretudo em John Maynard Keynes ([1936], 1970), Michal Kalecki ([1933], 1980) e Paul Davidson (2003) elementos que utiliza na sua abordagem teórica, apoiando-se em particular na obra “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” (KEYNES, [1936], 1970) e nas reflexões desses e de outros economistas sobre os conceitos de dinheiro e demanda efetiva. Assim pretende-se nas páginas seguintes destacar as contribuições da escola Pós-Keynesiana para a compreensão das mudanças no mercado de trabalho e colaborar com a difusão de estudos baseados nessa corrente, contribuindo, desse modo, para a literatura econômica.

Para uma maior capilaridade desse questionamento, o presente capítulo situará nas subseções seguintes questões conceituais sobre a demanda e a oferta de mão de obra na Teoria Econômica, a evolução da Teoria Pós-Keynesiana via autorias mais representativas e sobre o referencial teórico que dá suporte à análise empreendida neste trabalho, com foco no mercado de trabalho.

2.1 ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO: DEMANDA E OFERTA DE MÃO DE OBRA

Em geral, as definições de Economia a caracterizam como uma ciência social (aplicada) que procura descrever como as pessoas pensam e agem, ou seja, estuda a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços. Senão veja-se:

ECONOMIA é um estudo dos homens tal como vivem, agem e pensam nos assuntos ordinários da vida. Mas diz respeito, principalmente, aos motivos que afetam, de um modo mais intenso e constante, a conduta do homem na parte comercial de sua vida (MARSHALL, 1996, p. 85).

ECONOMIA é a ciência que estuda as formas de comportamento humano resultantes da relação existente entre as ilimitadas necessidades a satisfazer e os recursos que, embora escassos, se prestam a usos alternativos (ROBBINS, 2012, p. 15).

O que mais distingue a Economia das outras ciências sociais é o uso de modelos econômicos (representações ou propostas ideais ou simplificadas, que ajudam no entendimento de sistemas reais mais complexos). A Teoria Econômica é o estudo de como as pessoas decidem alocar seus recursos escassos, ou seja, é através da análise dos modelos econômicos que os economistas podem inferir sobre as escolhas individuais ou coletivas. “A maior parte dos modelos econômicos tem três elementos comuns: escassez, custo e análise marginal” (WESSELS, 2010, p. 2).

Segundo Ehrenberg e Smith (2000), Borjas (2012) e Ramos (2012), a Economia se divide em dois grandes ramos: i) a microeconomia, que estuda o comportamento das unidades econômicas individuais (nomeadamente as firmas e os consumidores) consideradas quer isoladamente, quer nas suas relações mútuas; ii) a macroeconomia, que estuda o comportamento dos grandes agregados da Economia, através da análise de variáveis globais, tais como a produção, a procura, o investimento, a poupança, o desemprego, as taxas de juros, as taxas de câmbio e o nível geral de preços. O presente capítulo se concentrará em conceitos de autorias da macroeconomia, com foco nas contribuições da Escola Pós-Keynesiana e possíveis relações com o mercado de trabalho.

Na gênese do sistema capitalista de produção e conseqüente utilização do trabalho assalariado, surgiu o mercado de trabalho como uma instituição fundamental para o funcionamento da Economia. De forma ampliada, o mercado de trabalho pode ser entendido como a compra e a venda de serviços de mão de obra, em que trabalhadores e empresários se encontram e, dentro de um processo de negociações coletivas (que, em geral, ocorre com alguma mediação regulatória do Estado), determinam os níveis de salários, o nível de emprego, as condições de trabalho e os demais aspectos relativos às relações entre capital e trabalho (EHRENBERG; SMITH, 2000; BORJAS, 2012; RAMOS, 2012).

O estudo do mercado de trabalho parte de uma análise da demanda e da oferta de mão de obra. No lado da demanda estão os empregadores, cujas decisões sobre a contratação de mão de obra são influenciadas pelas condições nos três mercados – de trabalho, de capitais e de produtos. No lado da oferta estão os trabalhadores efetivos e em potencial, cujas decisões sobre onde (e se) trabalhar devem levar em conta suas outras opções sobre como alocar o tempo (por exemplo, o *trade-off* entre trabalho e lazer) (EHRENBERG; SMITH, 2000; BORJAS, 2012; RAMOS, 2012).

A demanda laboral corresponde à quantidade de trabalho que as unidades produtoras estarão dispostas a contratar em um determinado período de tempo em função dos salários. Ela varia inversamente em função do salário a ser pago, ou seja, quanto maior for o salário, menor será a demanda. Por outro lado, a oferta laboral corresponde à quantidade de trabalho que os trabalhadores estão dispostos a oferecer em um determinado momento. Ela varia diretamente em função do salário a ser pago, ou seja, quanto maior for o salário, maior será a oferta. É também importante lembrar que qualquer resultado do mercado de trabalho é sempre afetado, em algum grau, por essas forças da demanda e da oferta laboral (EHRENBERG; SMITH, 2000; BORJAS, 2012; RAMOS, 2012).

2.2 A TEORIA KEYNESIANA E O MERCADO DE TRABALHO

Introduzida pelos trabalhos de John Maynard Keynes ([1936], 1970), essa visão parte de um postulado inverso ao dos economistas clássicos e neoclássicos (ortodoxia, contextualizada nos parágrafos seguintes), qual seja: a livre negociação de preços *não* garante equilíbrio automático em todos os mercados. No curto prazo, os preços e salários são, em geral, mais rígidos do que as quantidades transacionadas. Isso não resulta de intervenções do Estado nos processos econômicos, ao contrário do que sustentava a análise ortodoxa, mas do fato de que alguns agentes preferem adaptar antes as quantidades do que os preços e os salários. Além disso, assume-se que, ainda que os preços e os salários fossem perfeitamente flexíveis a curto prazo, isso não seria suficiente para restabelecer de modo permanente o equilíbrio na maioria dos mercados não financeiros (CARDIM DE CARVALHO, 2011; OREIRO, 2011).

Keynes não acreditava nesse ajuste automático de preços assumido pela ortodoxia e iniciou suas críticas aos postulados relativos aos salários, já que era através do mecanismo de ajuste salarial que funcionava a teoria clássica de pleno emprego. O primeiro postulado pregava que o salário é igual ao produto marginal do trabalho. Em outras palavras, o salário de uma pessoa empregada é igual ao valor que se perderia se o emprego fosse reduzido a uma unidade (CARDIM DE CARVALHO, 2011; OREIRO, 2011). Esse postulado, que define a demanda de mão de obra, era aceito por Keynes ([1936], 1970, p. 29), que dizia que,

num certo estado de organização, equipamento e técnica, os salários reais e o volume de produção (e, portanto, do emprego) estão correlacionados numa forma determinada, de tal modo que, em termos gerais, um aumento do emprego só pode ocorrer simultaneamente com um decréscimo da taxa de salários reais. Não contesto esse fato fundamental que os economistas clássicos muito justamente declararam inatacável. Este é, simplesmente, o reverso da proposição familiar segundo a qual a indústria normalmente está sujeita a rendimentos decrescentes no curto prazo.

Quando os preços não se ajustam para manter o equilíbrio, os agentes econômicos se adaptam aos choques modificando as quantidades de bens e de fatores efetivamente trocados (produção, estoques, emprego, etc.). Eles deixam de realizar seus planos de produção, de trabalho, de consumo e outros: a economia corre o risco de permanecer de modo duradouro em desequilíbrio (KEYNES, ([1936], 1970).

O mesmo acontece no mercado de trabalho. Assim, de acordo com a lei da oferta e da demanda, quando uma redução da atividade diminui a demanda de trabalho, as empresas deveriam baixar os salários até que eles alcançassem seu novo ponto de equilíbrio, deixando

aos trabalhadores a tarefa de reduzir o volume de trabalho oferecido. Todavia os empregadores não dispõem de uma bolsa de trabalho (que funcione *a là* como a bolsa de valores) que sinalize a todo o momento o novo salário de equilíbrio. Eles ignoram a porcentagem desejável da baixa de salários para que seja atingido o novo equilíbrio, avaliando mal o efeito preciso dessa redução dos salários sobre o volume de trabalho e, portanto, de produção, de que poderão dispor (CARDIM DE CARVALHO, 2011; OREIRO, 2011).

Keynes ([1936], 1970) aponta que os empregadores sabem que uma baixa dos salários deverá reduzir a oferta laboral dos trabalhadores: alguns trabalharão menos por muito tempo, outros se demitirão e outros aceitarão a baixa dos salários, mas limitarão o seu esforço. No entanto, ninguém pode prever com exatidão nem a amplitude dessas reações nem quais salários vão reagir. Se a redução dos salários for pequena, a oferta de trabalho continuará alta e será necessário proceder novas diminuições, e assim por diante. Inversamente, se a redução for grande, os empregados terão de enfrentar um número de demissões maior do que o previsto da parte dos assalariados mais competentes (porque suas oportunidades no mercado de trabalho são maiores do que as da média). Com efeito, o volume de trabalho oferecido será então insuficiente e os empregadores deverão voltar a elevar os salários para atrair trabalhadores, e por aí afora. Dificilmente se poderia imaginar os empregadores tateando dessa maneira até encontrar, finalmente, o salário de equilíbrio, tal como um operador de câmbio age para encontrar a nova cotação de equilíbrio no mercado de capitais.

Cumpramos lembrar que a flexibilidade dos salários nominais representava um dos pilares da tradição clássica, constituindo-se em um mecanismo automático que garantia o pleno emprego. Disso decorre a ideia de que a presença de inflexibilidade nos salários nominais (atuação dos sindicatos ou interferência do Estado nos contratos) era a causa do desemprego. Esse, conforme anunciado, era sempre “voluntário”, posto que, na ausência de tais inflexibilidades, haveria emprego para todos (KEYNES, [1936], 1970).

Com a persistência de taxas de desemprego elevadas no mundo real, o próprio keynesianismo ortodoxo modificou o conceito de “pleno emprego” discutido por Keynes para um conceito fundado na Curva de Phillips, definindo-o como aquele nível que não acelere a inflação. Estabelecido isso, admitia um desemprego “normal” dentro do equilíbrio entre oferta e demanda de trabalho no conceito clássico. Elevações na demanda de emprego com a oferta restrita criariam pressões salariais por parte dos trabalhadores (como no mercado de mercadorias), custos adicionais que os empresários repassariam automaticamente aos seus preços, criando pressões inflacionárias. À vista disso, existiria uma taxa de desemprego necessária não inflacionária (LAVOIE, 2006).

Na tradição clássica, a redução dos salários nominais é unidirecional, isto é, atua apenas na direção da oferta (produção e emprego) sem afetar a demanda. Para ilustrar o seu próprio pensamento, Keynes ([1936], 1970, p. 259) tomou como exemplo a teoria do desemprego, de Pigou – “não por ser mais criticável que qualquer outra teoria clássica, mas por ser a mais precisa”. Ocorre que, além da redução de custos, causada pela diminuição do salário nominal, a renda monetária dos trabalhadores também cai e, conseqüentemente, a demanda. Logo oferta e demanda são afetadas simultaneamente, e a questão relevante a ser respondida é o que vai acontecer com a demanda agregada (CARDIM DE CARVALHO, 2011; OREIRO, 2011).

O comportamento da demanda agregada vai resultar da redistribuição de renda, causada pela baixa dos salários nominais daqueles que vivem de salários para os não assalariados (porque a redução dos preços, obtida pelos custos menores, beneficia estes últimos que não tiveram a sua renda monetária diminuída). Como estes representam a parte mais rica da sociedade e o seu consumo é menos elástico, o efeito mais provável é uma redução da demanda agregada. Porém o efeito da redução dos salários nominais sobre o emprego é mais complexo e vai depender do que vier a acontecer com a propensão a consumir, com a eficiência marginal do capital e com a taxa de juros (KEYNES, [1936], 1970).

Do ponto de vista de Keynes ([1936], 1970), é provável que uma política salarial estável tenha efeito mais favorável sobre as expectativas do que a flexibilidade dos salários nominais à queda. Isso se deve, em parte, ao mesmo efeito sobre a taxa de juros que poderia ser obtido por meio do aumento da quantidade de moeda na economia, alternativa menos desgastante politicamente, e, em parte, porque um salário nominal mais baixo não implica necessariamente a diminuição dos salários reais. Keynes adverte para os perigos de uma política de excessiva flexibilidade dos salários nominais, a qual geraria uma grande instabilidade de preços (incerteza) a ponto de tornar inviável o cálculo capitalista (sobretudo em economia financeira moderna)¹ (CARDIM DE CARVALHO, 2015, 2016; CONCEIÇÃO; GABRIANI, 2019).

a rigidez é desejável do ponto de vista macroeconômico. Devido à ambigüidade dos efeitos de variações de salários e preços sobre o nível de atividades da economia, um grau excessivo de flexibilidade levará o sistema a divagar indefinidamente entre situações que combinem inflação ou deflação com superaquecimento e recessão. A flexibilidade gera instabilidade e incerteza. E Keynes foi um pioneiro ao apontar para os efeitos deletérios para a economia da incerteza (AMADEU, 1988, p. 87).

¹ A financeirização econômica é um dos temas caros à teoria Pós-Keynesiana, em especial por ela favorecer o escoamento de recursos monetários da economia real ao mercado financeiro. Contudo a temática está fora do escopo central deste capítulo. Para uma discussão pormenorizada do assunto, ver Cardim de Carvalho (2015, 2016), Conceição e Gabriani (2019) e Herscovici (2020).

Tanto Keynes quanto Kalecki ([1933], 1980)² não concordavam com a tese da ortodoxia econômica de que a redução dos salários nominais pudesse eliminar o desemprego. Compartilhavam a hipótese de rigidez de preços e salários, portanto. Mas Keynes raciocinava nos termos de um mercado concorrencial, enquanto Kalecki apresentou um modelo de concorrência imperfeita, em que o preço da firma é definido por uma adição, o chamado *mark-up*, aos seus custos diretos, salários mais matérias-primas. Resta claro que ambos os autores tinham em mente uma economia que operava com capacidade ociosa (BUSATO; REIF; POSSAS, 2019).

Uma queda no salário nominal, para Keynes, diminuía os custos das empresas e também os preços. Apesar do estímulo da oferta – único lado enfatizado pelos clássicos –, haveria paralelamente um desestímulo à demanda agregada. O emprego seria afetado positivamente apenas se o estímulo pelo lado da oferta superasse o desestímulo pelo lado da demanda. Keynes achava que nem a produção nem o emprego seriam modificados pela redução dos salários nominais, porque as decisões de investir – baseadas em expectativas – permaneceriam inalteradas (CARDIM DE CARVALHO, 2011; OREIRO, 2011).

A proposta teórica de Kalecki ([1933], 1980) era inteiramente aderente à de Keynes, mas aquele estava interessado em mostrar a importância dos gastos dos capitalistas e o papel passivo exercido pelos salários na dinâmica das economias capitalistas. Como o investimento é decidido pelo menos um período à frente da redução dos salários nominais, a produção e o emprego ficam constantes. Afirmava Kalecki ([1933], 1980, p. 88):

em geral, a diminuição dos salários nominais leva, devido à rigidez dos preços, ao aumento do grau de monopólio, e igualmente à redução dos salários reais. A diminuição dos salários, porém, nesse sistema de relações, liga-se não ao crescimento, mas à queda do emprego, que ocorre no setor de bens de consumo dos trabalhadores. A renda real dos capitalistas não aumenta, mas a renda real dos trabalhadores declina.

O papel dos sindicatos é também abordado tanto por Keynes quanto por Kalecki. O primeiro era bastante cético quanto à possibilidade de os sindicatos lutarem pela reposição de perdas reais de salários. Pensava, inclusive, que os líderes sindicais estavam no seu direito quando pediam acima do que podiam receber, mas eles próprios não acreditavam na sua reivindicação. Isso porque, embora eventualmente pudessem favorecer grupos específicos, a

² Ainda que explicadas por vias distintas, as propostas teóricas de Keynes e de Kalecki – sobretudo no que se refere à demanda efetiva e à consequente crítica à ortodoxia econômica – eram contemporâneas entre si e praticamente idênticas. Por esse motivo, julgou-se importante incluir o autor polonês nesta revisão de literatura.

luta por salários reais era inútil e desvantajosa para a classe trabalhadora como um todo. Essa posição revela que Keynes jamais conseguiu se libertar, de todo, da esfera de influência da tradição ortodoxa, particularmente do que chama de primeiro postulado clássico. Apenas em situação próxima do pleno emprego, o autor mostra certa simpatia por maior participação dos salários na renda nacional (BUSATO; REIF; POSSAS, 2019).

Kalecki ([1933], 1980), ao contrário, era mais otimista e não via o aumento dos salários reais como impossibilidade teórica, embora talvez o fosse politicamente. Tanto é verdade, que contempla em sua análise a hipótese (pouco provável) de os sindicatos conseguirem barganhar elevação salarial, de tal sorte a ocorrer redistribuição da renda nacional dos lucros para os salários ou o que, para fins de raciocínio, seria análogo à queda no grau de monopólio (BUSATO; REIF; POSSAS, 2019).

2.3 A TEORIA PÓS-KEYNESIANA E O MERCADO DE TRABALHO

A obra de Keynes é o ponto de partida para o desenvolvimento da macroeconomia enquanto campo autônomo de desenvolvimento teórico e de concepção de políticas econômicas. O pensamento de Keynes contribuiu para o surgimento de diversas escolas do pensamento econômico que se fundamentaram nas suas obras e se intitularam com a denominação de Keynesianas. Todavia grande parte dos desenvolvimentos teóricos da macroeconomia que se seguiram à teoria de Keynes no tempo não é, de acordo com Chick (1993), condizente com o “espírito” verdadeiramente keynesiano.

A escola Pós-Keynesiana congrega autorias que, insatisfeitas com os desdobramentos da macroeconomia, retornaram ao espírito da obra de Keynes para reforçar sua interpretação e entendimento, ao mesmo tempo em que envidaram esforços no sentido de aperfeiçoar e atualizar a teoria com o propósito de desenvolver um corpo de formulações próprias. Do fim da Segunda Guerra Mundial (1945) até os anos 1970, havia consenso entre os macroeconomistas em torno da Teoria Keynesiana quanto à necessidade de ação institucional reguladora para dinamizar os níveis de demanda agregada e de emprego. Destarte, a teoria Pós-Keynesiana consiste essencialmente em negar o sistema econômico de mercados autorreguladores e autoequilibrantes defendido pelos Neoclássicos, apresentar mecanismos econômicos e institucionais que evitem as flutuações cíclicas de produto e emprego, além de relacionar as crises de desemprego com as decisões dos agentes econômicos em manter riqueza em sua forma líquida, isto é, moeda (DAVIDSON, 2003; CARVALHO, 2011; DORNELAS; TERRA, 2021).

Segundo Davidson (2003), Carvalho (2011) e Dornelas e Terra (2021), um fator que distancia a economia de funcionar dentro do regime de pleno emprego é a existência da moeda. Afirmam que a existência desse ativo, que possui propriedades que o diferenciam dos demais bens, leva à prevalência de uma situação de desemprego. Keynes ([1936],1970) sustenta que, dentre as funções básicas usualmente atribuídas à moeda – meio de troca, unidade de conta e reserva de valor –, o aspecto mais relevante para a geração de renda diz respeito ao fato de que a moeda viabiliza a preservação do poder aquisitivo dos agentes no tempo.

Devido à moeda ser um ativo de alta liquidez, ela se torna muito atrativa para os agentes. Estes, por sua vez, optam por mantê-la em sua posse ao invés de transformá-la integralmente em ativos produtíveis que dependem da contratação de mão de obra para sua produção (DAVIDSON, 2003; CARVALHO, 2011; DORNELAS; TERRA, 2021). Sendo assim, pode-se perceber que, por suas propriedades, a moeda acaba por introduzir efeitos potencialmente deletérios sobre o funcionamento do mercado de trabalho à medida em que ela não é empregada na esfera produtiva – na qual são gerados os postos de trabalho.

Seguindo esse raciocínio, o desemprego caracteriza-se como uma questão macroeconômica e intimamente ligada à percepção do funcionamento da economia tal como uma economia monetária da produção. Dessa forma, o mercado de trabalho não é o ponto em que se determina o nível de emprego. Portanto qualquer análise do desemprego que se mostre contida no âmbito do mercado de trabalho estaria, na verdade, obscurecendo a essência de tal fenômeno: o desemprego involuntário é um resultado esperado e recorrente na economia monetária da produção (TADEU LIMA, 1992; FERREIRA; LEVY; FRACALANZA, 2009; CARVALHO, 2011; PRONI, 2015).

Na Teoria Pós-Keynesiana, uma boa compreensão do conceito de desemprego involuntário decorre diretamente do entendimento do princípio da demanda efetiva. De acordo com esse princípio, a determinação do nível de emprego não seria decorrência de forças do mercado de trabalho, mas de duas curvas agregadas que têm o nível de emprego como argumento: a curva de oferta e de demanda agregadas (TADEU LIMA, 1992; FERREIRA; LEVY; FRACALANZA, 2009; CARVALHO, 2011; PRONI, 2015).

Estabelecendo uma ótica dos desequilíbrios do mercado de trabalho, King (2001, 2002) afirma que a Teoria Pós-Keynesiana considera que nem a demanda nem a oferta de trabalho dependem do salário real (poder de compra). Desse modo, o desemprego involuntário não é explicado por conta da ocorrência da rigidez de salários impedindo que o ajuste seja dado pelo preço. Para os pós-keynesianos, o desemprego involuntário decorre do funcionamento normal

de uma economia capitalista. Dessa forma, ocorreria mesmo com plena flexibilidade de preços (TADEU LIMA, 1992; FERREIRA; LEVY; FRACALANZA, 2009; CARVALHO, 2011; PRONI, 2015).

O desemprego pode configurar uma situação duradoura à medida que, do ponto de vista dos empresários, havendo equilíbrio com otimização entre suas expectativas de vendas futuras e as vendas efetivamente realizadas, pouco importa a otimização do mercado de trabalho. Vale ressaltar que a ocorrência de equilíbrio com desemprego não descarta a possibilidade de haver desequilíbrio com desemprego ou mesmo de equilíbrio com pleno emprego, situação que passa, contudo, a ser considerada como uma possibilidade remota (CHICK, 1993).

Desenvolvendo a Teoria Pós-Keynesiana para a demanda de trabalho, Appelbaum (1979) defende que a natureza institucional do negócio é um componente básico, que pode ser determinado por dois modelos. O primeiro, formado por indústrias centrais, caracterizadas por uma estrutura oligopolista, com altas remunerações, mão de obra qualificada, tecnologias de ponta, maior estabilidade e presença sindical. O segundo apresenta indústrias periféricas com menor poder de mercado, salários baixos, mão de obra desqualificada, menos especialização e baixas taxas de lucratividade. Isso demonstra que os empregados das empresas centrais possuem maior estabilidade e não sofrem ameaça de demissão quando diminui o nível de produção devido à estabilidade do modelo de negócio. Já a rotatividade no setor periférico tende a ser maior, visto que o modelo de negócio é economicamente vulnerável – similar ao contexto de uma economia dual (LEWIS, 1954).

Embora Keynes ([1936], 1970) tenha aceitado o postulado clássico sobre a demanda de trabalho em que o salário real é igual à produtividade marginal do trabalho, ele rejeita o postulado clássico em relação à oferta que diz que a utilidade do trabalho (dado um volume de trabalho empregado) é igual à desutilidade marginal do montante de emprego. Isso ocorre porque os trabalhadores não conseguem determinar o salário real, mas somente têm alguma influência sobre o valor do salário nominal, sendo que, quando ocorre uma queda no salário real por conta do aumento nos preços, os trabalhadores não abandonam os seus empregos. A abordagem pós-keynesiana de que não há queda na oferta de trabalho conforme o salário real se reduz é justificada assumindo-se que o mercado laboral não pode ser caracterizado exatamente como um mercado, pois não apresenta comportamento condizente com a definição quando confrontado com os estímulos típicos dessa esfera.

Appelbaum (1979) afirma que, por conta de haver uma segmentação no mercado de trabalho com indústrias centrais e periféricas, a oferta de trabalho também se ajusta a esse comportamento de modo que as indústrias centrais contratam força de trabalho mais especializada e com mais treinamento e incentivo para manter-se trabalhando. Logo, o desemprego se concentra nas indústrias periféricas e ocorre por conta das características do setor, e não por conta do nível salarial. No setor periférico, as empresas já conseguem reduzir os salários o quanto desejam, de forma que quedas nos salários não têm o efeito de gerar mais empregos.

No dizer de King (2001; 2002), o nível de emprego e dos salários são determinados separadamente, sendo que o emprego é determinado pelo nível de demanda no mercado de bens, ou seja, depende da demanda agregada da economia como um todo. Portanto a função de emprego depende da demanda efetiva, o que significa que mudanças na quantidade de mão de obra empregada só ocorrem a partir de mudanças na demanda efetiva – dessa forma, a demanda no mercado de trabalho é uma demanda derivada.

Por mais que as evidências sugiram que a demanda efetiva é o componente mais relevante para a determinação do nível de emprego, conforme exposto nesta revisão de literatura, é necessário analisar a relação entre capital e trabalho, pois se o estímulo à demanda efetiva não é suficiente para garantir o pleno emprego, então se deve pensar em outras alternativas. Daí a importância de perscrutar as relações entre a Teoria Pós-Keynesiana e o mercado de trabalho.

2.4 MERCADO DE TRABALHO: A RELEVÂNCIA TEÓRIA DO PENSAMENTO PÓS-KEYNESIANO

As contribuições teóricas pós-keynesianas permitiram criar um sistema de análise adequado ao estudo e compreensão da dinâmica do mercado de trabalho nas economias capitalistas modernas. Pode-se constatar que o desemprego involuntário é uma problemática keynesiana. Tal conceito foi explorado por Keynes e continua sendo abordado pelas diversas escolas modernas de pensamento keynesiano. Os autores pós-keynesianos retornam à leitura da obra de Keynes e preconizam que a flexibilização dos salários não resulta em aumento do emprego e ainda pode trazer maior incerteza para o cálculo capitalista, ou seja, uma maior flexibilização do mercado de trabalho tem a tendência de piorar as condições laborais, em especial no que tange aos potenciais efeitos deletérios da flexibilização da remuneração. Se o nível de emprego não depende da flexibilidade dos contratos de trabalho, então essa última pode trazer consequências sociais indesejáveis, como aumento das desigualdades e da pobreza.

Outra questão importante explorada neste estudo foi quanto à determinação do nível de emprego que pode decorrer de decisões de gastos dos capitalistas – ou seja, a retenção de moeda (acumulação) por parte dos empregadores – pode impactar na expansão dos negócios e, por sua vez, reduzir a demanda por mão de obra. Nesse sentido, concebe-se uma “inferioridade hierárquica” do mercado de trabalho em relação ao mercado de bens e deste em relação à moeda. Assim o desemprego involuntário remete ao fato de que os trabalhadores não possuem a prerrogativa de alterar os resultados a serem obtidos, mesmo diante de mercados operando em condições de concorrência perfeita.

As autorias pós-keynesianas também buscam provar que distúrbios como o desemprego são resultantes do funcionamento normal de uma economia capitalista. Não se trata de uma falha, mas sim de uma consequência das economias de mercado. Portanto, o ponto de vista da escola do pensamento econômico pós-keynesiano sustenta, apropriadamente, a atuação do Estado com o objetivo de evitar que a economia leve suas contradições a níveis insustentáveis de desemprego.

Por fim, faz-se necessário deixar evidente a importância de estudar o funcionamento do mercado de trabalho e a necessidade de atuação do governo na geração de postos de trabalho com garantias para os trabalhadores, com o objetivo de melhorar a qualidade da distribuição de renda. Enfatiza-se ainda que, neste breve esboço teórico sobre o mercado de trabalho na visão da Teoria Pós-Keynesiana, não se pretendeu esgotar o assunto. Todavia a recomendação mais coerente diante do exposto é, indubitavelmente, o estudo mais atento dos textos de Keynes combinados e contrastados com as releituras e interpretações de outras autorias pós-keynesianas que tenham se debruçado sobre o tema do mercado laboral.

3 AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DA POLÍTICA DE INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA PROMOVIDA PELO SINE NO MUNICÍPIO DE TERESINA (PIAUÍ) DE 2015 A 2019

A questão das políticas de emprego de que trata este estudo sinaliza a intervenção do poder estatal sobre tais condutas. Tal é o caso das Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda, que abrangem o apoio ao desempregado, como o seguro-desemprego e o abono salarial; a qualificação profissional e a intermediação de mão de obra; o microcrédito; e as políticas voltadas para a economia popular solidária e de incentivo ao primeiro emprego. Segundo Dedecca (2009), essas políticas compensam os problemas de emprego causados pela dinâmica econômica que desestrutura o mercado de trabalho formal, provocando o desemprego nacional.

No Brasil, os serviços públicos de emprego são oferecidos pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE). O SINE foi criado pelo Decreto nº 76.403, de 1975, e seguiu os fundamentos da Convenção nº 88 da Organização Internacional do Trabalho (BRASIL/OIT, 2018). Dentre suas responsabilidades, as principais são coordenar e executar as políticas de Intermediação de Mão de Obra (IMO), qualificação profissional, orientação profissional e Seguro-Desemprego (ROSSETTO, 2019).

A política de IMO prioriza a inserção ou recolocação do trabalhador no mercado de trabalho formal, de forma ágil e não onerosa, reduzindo os custos e o tempo de espera de trabalhadores e empregadores. Já as políticas de qualificação e orientação dos trabalhadores priorizam aqueles em situação de maior vulnerabilidade social, com perfis profissionais limitados ou desatualizados em relação às necessidades do mercado. Por fim, o Seguro-Desemprego representa a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado que teve dispensa sem justa causa. Essas três principais políticas são formadas por um conjunto de ações que buscam maior efetividade na colocação dos trabalhadores na atividade produtiva, visando à inclusão social (LOBO; ANZE, 2016).

Tendo esses posicionamentos como pilar, este capítulo busca avaliar os resultados das ações da política de IMO promovidas pelo SINE de 2015 a 2019 no Município de Teresina (Piauí), verificando se essas ações proporcionaram a inserção do trabalhador no mercado de trabalho formal. Para isso, o estudo propõe i) caracterizar a política de IMO promovida pelo SINE; e ii) coletar os dados relacionados às ações de IMO realizadas pelo SINE.

A população estimada do Estado do Piauí, segundo o IBGE/PNAD (2022), é de 3.289.290 habitantes, e a estimativa para a capital Teresina é de 871.126 habitantes, representando 26,48% da população do Estado. Quando se analisa o número de trabalhadores formais, Teresina representa 60,19% dos trabalhadores formais do Estado do Piauí. Por essa razão, ficou decidido avaliar os resultados da política de IMO apenas para Teresina.

É importante registrar que, durante o período proposto para avaliação dos resultados de IMO, o Estado do Piauí sofreu uma redução de 0,03% de postos de trabalho formal. Em 2015 eram 460.776 trabalhadores formais, e em 2019 o número foi 460.627. Já em Teresina, a redução foi de 4,21%: em 2015 eram 289.440 postos de trabalho formal e, em 2019, 277.254 empregados formais. Estabelecendo a ótica dos desequilíbrios do mercado de trabalho para explicar a redução dos postos de trabalho no período analisado, pode-se afirmar que a Teoria Pós-Keynesiana considera que nem a demanda nem a oferta de trabalho dependem do salário real. Desse modo, o desemprego involuntário não é explicado por conta da ocorrência da rigidez de salários. Para os pós-keynesianos, o desemprego involuntário decorre do funcionamento normal de uma economia capitalista. Dessa forma, ocorreria mesmo com plena flexibilidade de preços, conforme apresentado no Capítulo 2 deste trabalho.

O desemprego pode configurar uma situação duradoura à medida que, do ponto de vista dos empresários, havendo equilíbrio com otimização entre suas expectativas de vendas futuras e as vendas efetivamente realizadas, pouco importa a otimização do mercado de trabalho. No decorrer deste estudo, serão apresentadas as ações de intervenção do SINE para contribuir com a recuperação do mercado de trabalho formal através da política de IMO.

Posto isso, as análises deste capítulo estão estruturadas em quatro seções, em que serão abordadas as questões conceituais sobre a política de IMO promovida pelo SINE, a metodologia e fontes dos dados e também serão expostos os resultados e as discussões dos dados coletados.

3.1 O SINE E A POLÍTICA DE IMO

Com a criação do SINE, o Governo Federal passou a ter uma participação direta e ativa em relação ao mercado de trabalho, através de políticas de emprego. Atualmente o SINE é coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por intermédio da Secretaria de Políticas de Emprego e Salários (SPES), tendo como meta a organização do mercado de trabalho em todos os Estados através de uma rede de atendimento descentralizada, por meio da celebração de convênios do Governo Federal com Estados, o Distrito Federal e municípios com população acima de 200 mil habitantes.

Para Chahad (2005), as políticas de emprego devem atuar de forma a organizar o mercado de trabalho, retirando obstáculos, reduzindo desequilíbrios e promovendo melhores concertos produtivos. Dessa forma, a atuação do SINE no mercado de trabalho é realizada através de políticas de emprego ativas e passivas. O objetivo das políticas de emprego ativas é aumentar o nível de emprego e de salários das pessoas que possuem dificuldade em se inserir no mercado de trabalho. Já o objetivo das políticas de emprego passivas é garantir um determinado nível de consumo e bem-estar para aqueles trabalhadores que não conseguiram se inserir na atividade econômica.

Cahuc e Zylberberg (2004) classificam a IMO como uma das políticas ativas com foco não só em melhorar o acesso do desempregado ao mercado de trabalho, mas também em melhorar a qualidade da oferta da mão de obra, gerar demanda por trabalho e intermediar, de maneira mais eficiente, o *matching* entre ofertantes e demandantes de trabalho. Segundo Cacciamali (2005), a IMO promove a inserção ou recolocação do trabalhador no setor produtivo gerando benefícios ao desempregado, à empresa e à sociedade, no momento em que o preenchimento de uma vaga de emprego é efetuado no menor tempo, com menor custo e melhor qualidade.

Cacciamali e José-Silva (2018) reforçam que os principais resultados caracterizados pelas ações de IMO promovidas pelo SINE seriam: a redução dos custos de transação no mercado de trabalho, potencial redução do tempo de procura por emprego, aumento da mobilidade laboral e da probabilidade de alinhamento ocupacional entre a oferta e a demanda por trabalho e, ao mesmo tempo, direcionamento da política de qualificação profissional para correção do descompasso ocupacional e de competências laborais potencialmente existentes entre a oferta e a demanda por trabalho.

Mas, para compreender se as ações de IMO promovidas pelo SINE produzem esses resultados, são necessários o gerenciamento e o controle dessas ações. Para Arretche (2009), somente a avaliação de programas efetivamente implementados poderá estabelecer o sucesso ou fracasso na realização dos propósitos de uma política pública, ou ainda o impacto causado por essa política, dado o resultado sobre a situação social, previa a sua implementação. A autora esclarece que o objetivo da avaliação é realimentar ações, buscando aferir resultados e impactos na alteração de qualidade de vida da população, bem como redimensionar as opções tomadas.

A avaliação passa a ser exigida como uma dimensão integrante da política pública, pois produz efeitos imediatos sobre o fazer da política, criando outras dimensões e questões que não foram previstas ou incorporadas pelo seu desenho e plano de implementação, podendo, assim,

requerer que sejam revistos os planos de ação e objetivos da política, gerando uma nova agenda com a qual o gestor terá que trabalhar (JANNUZZI *et al.*, 2009). Faz-se necessário que o gestor defina o tipo de avaliação que irá realizar, na busca por melhorias ou alcance de objetivos. Dessa forma, é possível avaliar o desenho da política, seus processos, seus resultados ou seu impacto.

Este trabalho concentra o exercício de avaliação de resultados da política de IMO a partir do levantamento dos dados de suas principais ações: inscrição do trabalhador, captação/ofertas de vagas de trabalho, encaminhamento do trabalhador e colocação do trabalhador no mercado de trabalho formal. Para além do monitoramento dessas ações, foram utilizados os seguintes indicadores: taxa de efetividade dos encaminhamentos, taxa de aproveitamento das vagas e taxa de colocação no mercado de trabalho formal.

Por fim, Cohen e Franco (1993) fortalecem a importância da avaliação em programas governamentais: a avaliação de projetos sociais tem um papel central nesse processo de racionalização e é um elemento básico de planejamento. Não é possível que esses sejam eficazes, se não forem avaliados os resultados de sua aplicação.

3.2 METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE IMO

A avaliação dos resultados da política de IMO em Teresina, executada por meio das ações do SINE, foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica consistiu no levantamento de fontes secundárias acerca da condição do mercado de trabalho. A pesquisa documental foi realizada a partir dos dados extraídos do *Relatório de Situação de Produção de Posto de Atendimento – IMO*, gerado pelo SINE, em que foram obtidos os seguintes dados: quantidade de atendimentos realizados, trabalhadores inscritos, vagas captadas/ofertadas, encaminhamentos às empresas e colocações no mercado de trabalho formal. Também foram coletados os dados de total de admitidos e desligados no mercado de trabalho formal no banco de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

A avaliação, como ressaltam Araújo e Loureiro (2005), é parte integrante do processo de políticas públicas e deve conter preocupações metodológicas muito especiais. Em outras palavras, só é possível avaliar uma política tendo como referência todo o processo do qual ela faz parte. Para a avaliação dos resultados da política de IMO, em Teresina (Piauí), nos anos de 2015 a 2019, foram compilados os dados anuais com base nos procedimentos abaixo:

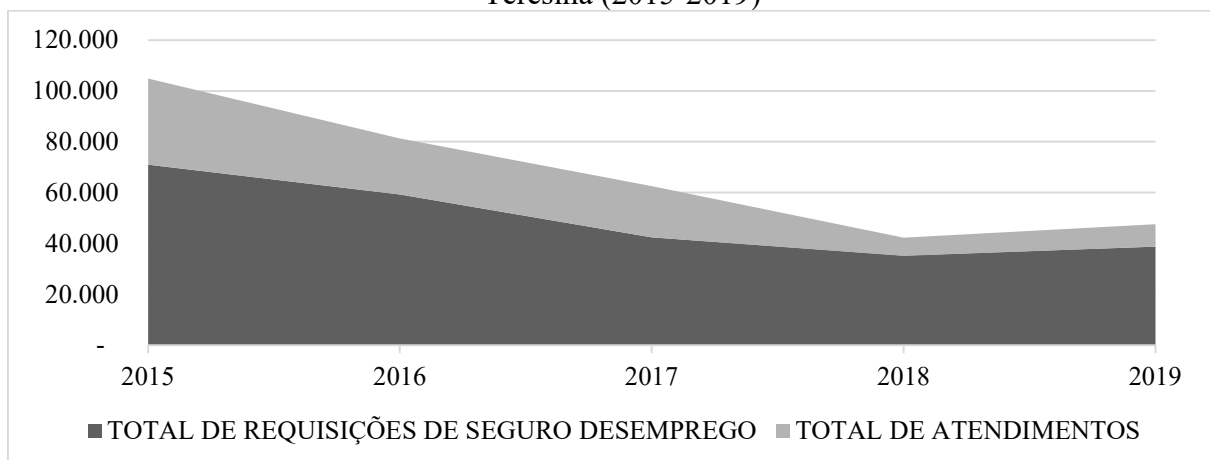
- a) quantidade de trabalhadores inscritos: representa o total de pessoas que se inscreveram no SINE no período de referência, seja para dar entrada no seguro-desemprego, seja para buscar uma vaga de emprego. Forma de cálculo: somatório (Σ) dos trabalhadores inscritos. Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/SINE (2022);
- b) quantidade de vagas oferecidas: representa o total de vagas oferecidas pelo SINE no período de referência. Forma de cálculo: somatório (Σ) das vagas oferecidas. Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/SINE (2022);
- c) quantidade de encaminhamentos realizados: representa o total de encaminhamentos de trabalhadores para vagas de emprego, realizados pelo SINE. Ressalta-se que um mesmo trabalhador pode ser encaminhado para mais de uma vaga. Forma de cálculo: somatório (Σ) dos encaminhamentos. Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/SINE (2022);
- d) quantidade de trabalhadores colocados: representa o total de colocações realizadas pelo SINE, ou seja, o resultado do processo de IMO. Forma de cálculo: somatório (Σ) das colocações. Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/SINE (2022);
- e) quantidade de admitidos CAGED: representa o total de admissões registradas no CAGED no ano. Forma de cálculo: somatório (Σ) das admissões no ano. Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED (2022);
- f) taxa de efetividade dos encaminhamentos: representa o percentual de encaminhamentos que resultaram em colocação. Forma de cálculo: $(\text{colocados}/\text{encaminhamentos}) \times 100$. Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/SINE (2022);
- g) taxa de aproveitamento das vagas: representa o percentual de vagas que foram preenchidas. Forma de cálculo: $(\text{colocados}/\text{vagas}) \times 100$. Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/SINE (2022);
- h) taxa de colocação no mercado de trabalho formal: representa o percentual de admissões no mercado de trabalho formal, que resultaram do processo de IMO do SINE. Forma de cálculo: $(\text{colocados}/\text{admitidos CAGED}) \times 100$. Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/SINE/CAGED (2022).

Os procedimentos acima foram construídos a partir da tabulação e do tratamento dos dados coletados através de análise de estatística descritiva, no *software Microsoft Office Excel 2016*. A importância da estatística descritiva no processo de avaliação da política de IMO é examinar a evolução dos dados dentro do período analisado e, com isso, identificar quais os resultados das ações de IMO promovidas pelo SINE e se essas ações proporcionaram a inserção do trabalhador no mercado de trabalho formal na capital piauiense.

3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ampliação do Programa do Seguro-Desemprego, em 1990, conferiu ao SINE a atribuição de atender aos trabalhadores de forma integrada, sendo responsável por receber os documentos do benefício, cujo pagamento é operacionalizado pela Caixa Econômica Federal; realizar a IMO; e, se possível, encaminhar os trabalhadores para programas de qualificação profissional ou de geração de emprego e renda (tais como microcrédito etc.). Essas atribuições/encargos, de acordo com Cardoso Jr. *et al.* (2006), consolidaram a IMO. Como efeito, percebe-se no Gráfico 1 que 338.683 pessoas foram atendidas pelo SINE em Teresina no período pesquisado e que 72,8% desse atendimento foi destinado ao Seguro-Desemprego. É importante destacar que o número de atendimentos apresentou redução ano a ano durante o período de análise, tendo o seu melhor número em 2015, 104.954 atendimentos, e o pior resultado em 2018, 42.268 atendimentos.

Gráfico 1 – Número total de pessoas atendidas pelo SINE e que requerem seguro-desemprego - Teresina (2015-2019)

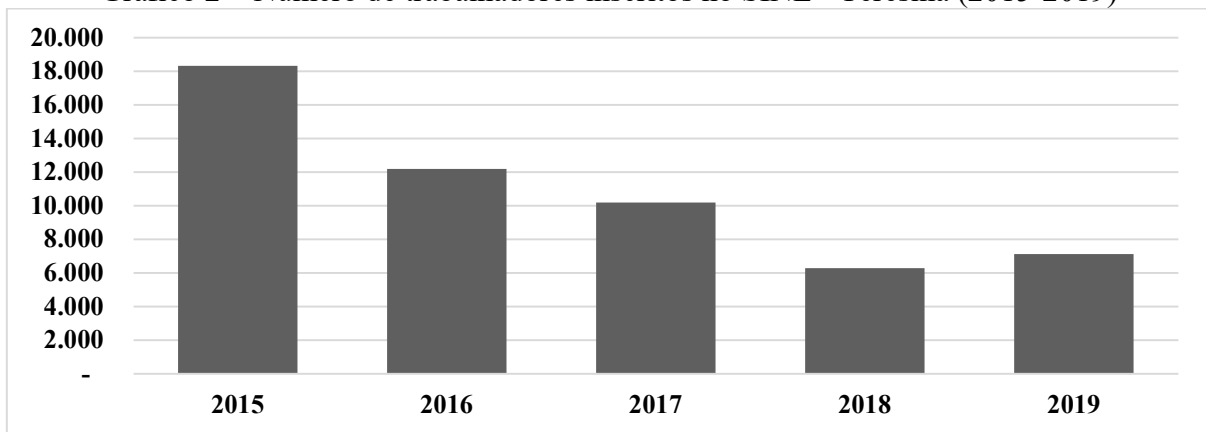


Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE/SINE-PI – Teresina (2022).

A IMO consiste na seguinte sequência de ações: inscrição do trabalhador, registro do empregador, captação/oferta de vagas de trabalho, cruzamento de perfil dos trabalhadores cadastrados com o perfil das vagas, convocação de trabalhadores, conforme pesquisa de perfil e encaminhamento à oportunidade de trabalho; registro do resultado do encaminhamento (BRASIL, 2014).

O total de trabalhadores inscritos em Teresina, como consta no Gráfico 2, passou de 18.330 em 2015 para 7.118 inscritos em 2019, alcançando o menor em número em 2018, 6.273, o que representa uma redução de mais de 60% durante o período analisado.

Gráfico 2 – Número de trabalhadores inscritos no SINE - Teresina (2015-2019)

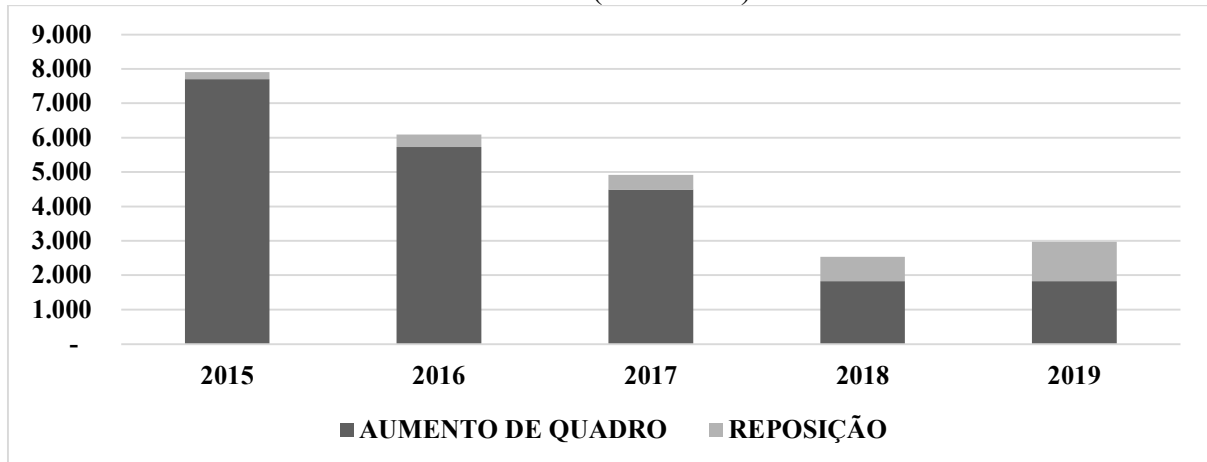


Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE/SINE-PI – Teresina (2022).

A redução, como se constata no Gráfico 2, foi paulatina até 2018: 33,5% de 2015 para 2016, 16,5% de 2016 para 2017 e 38,4% de 2017 para 2018. Como evidenciado no Gráfico 1, a redução no número de atendimentos refletiu na redução do número de inscritos para a IMO. Comparando com a queda do número de atendimentos (Gráfico 1) entre os anos 2015 e 2019, o SINE registrou 55% menos atendimentos.

O Gráfico 3 expressa as vagas de emprego que são captadas junto às empresas e ofertadas através do SINE. Essas são classificadas em vagas destinadas ao aumento de quadro de lotação das empresas e reposição de vagas provenientes de desligamentos. Nesse período, o SINE captou um total de 24.415 vagas, sendo o maior número (7.903) em 2015 e o menor número (2.531) em 2018, dos quais 11,4% de vagas foram de reposição e 88,6% referente a aumento do quadro funcional. Observa-se a redução das vagas destinadas para o aumento de quadro e um crescimento das vagas para reposição. Mas, em números gerais, comparando 2015 e 2019, observa-se redução de 62% das vagas ofertadas pelo serviço.

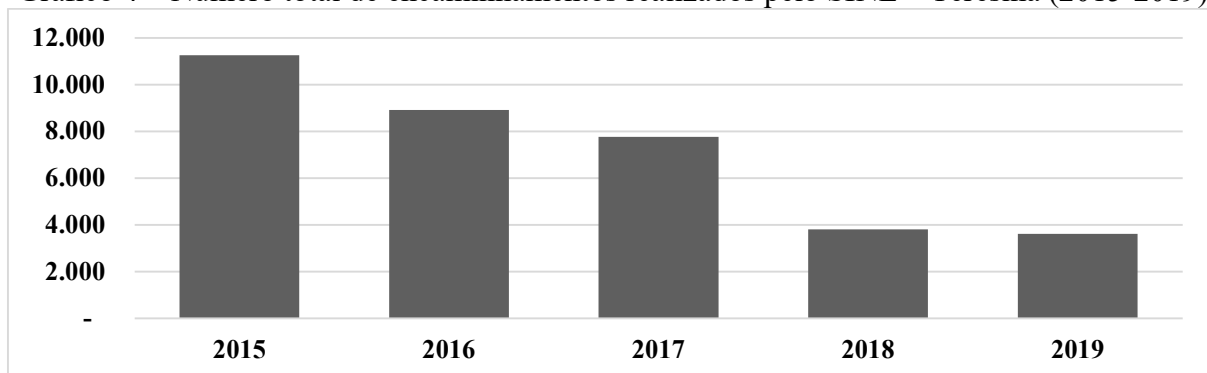
Gráfico 3 – Número de vagas oferecidas pelo SINE, segundo a classificação/tipo Teresina (2015-2019)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE/SINE-PI – Teresina (2022).

Verifica-se que houve redução no total de vagas captadas/ofertadas pelo SINE, assim como a redução do número de atendimentos e do número de inscritos para IMO. Conseqüentemente, resultou na redução do número de encaminhamentos que são realizados pelo serviço, ainda que um mesmo profissional possa ser encaminhado para várias vagas de emprego. Conforme o Gráfico 4, o número de encaminhamentos passa de 11.251 em 2015 para 3.617 em 2019, uma redução de quase 68%, registrando-se em 2019 o menor número.

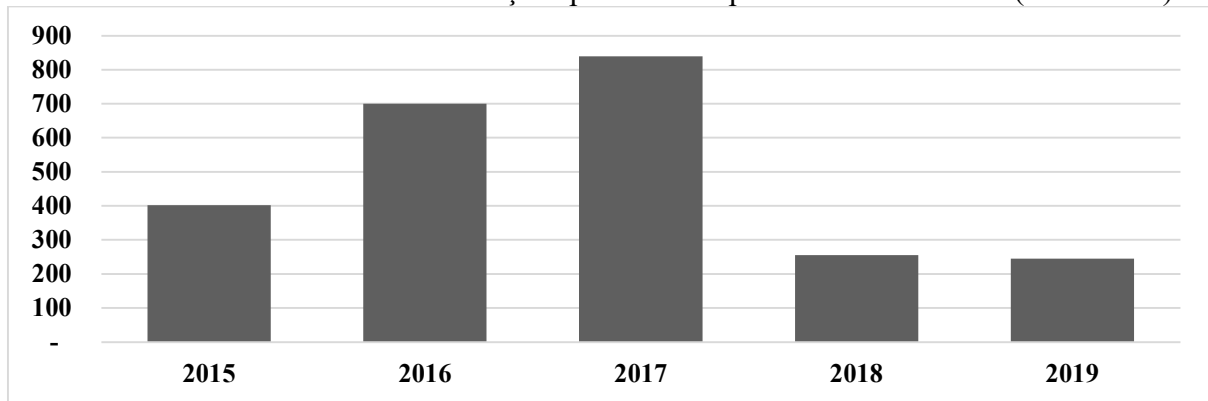
Gráfico 4 – Número total de encaminhamentos realizados pelo SINE – Teresina (2015-2019)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE/SINE-PI – Teresina (2022).

Nos encaminhamentos promovidos pelo SINE são analisados os perfis dos profissionais inscritos para IMO e relacionados ao perfil exigido pela vaga de emprego, requisitos da vaga. As colocações representam o *matching*, coincidindo a necessidade profissional da empresa com o perfil profissional encaminhado pelo serviço (BARBOSA FILHO; FERREIRA; ARAÚJO, 2020). No período analisado, como consta no Gráfico 5, foram feitas 2.441 colocações, sendo a maior em 2017, 839 colocações, e o menor em 2019, 245, registrando-se redução de 71%, comparando 2017 com 2019.

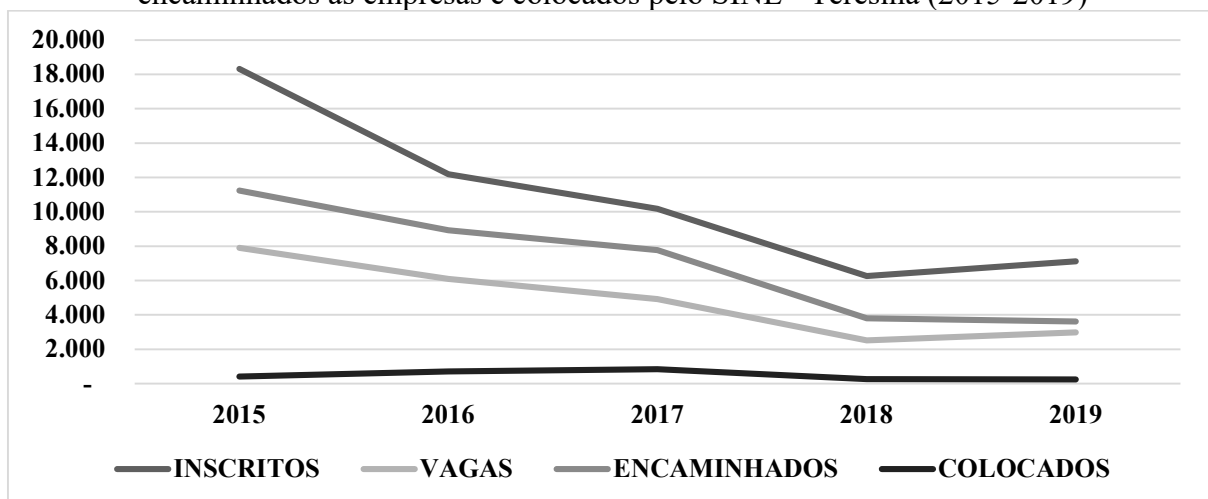
Gráfico 5 – Número total de colocações promovidas pelo SINE – Teresina (2015-2019)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE/SINE-PI – Teresina (2022).

No período de 2015 a 2019, como consta no Gráfico 6, foram realizadas 54.089 inscrições para IMO no SINE, 24.415 vagas foram ofertadas, 35.356 encaminhamentos foram promovidos e 2.441 colocações foram efetivadas. Observa-se que a partir de 2015 ocorre a redução de três variáveis, com exceção para os colocados que permanecem em crescimento até 2017. Das quatro variáveis esboçadas no gráfico, a que mais chamou atenção, em termos de redução, foi o número de encaminhados, mas as variáveis número de vagas e número de inscritos também seguiram a mesma tendência de redução.

Gráfico 6 – Números de vagas ofertadas pelas empresas, trabalhadores inscritos, encaminhados às empresas e colocados pelo SINE - Teresina (2015-2019)

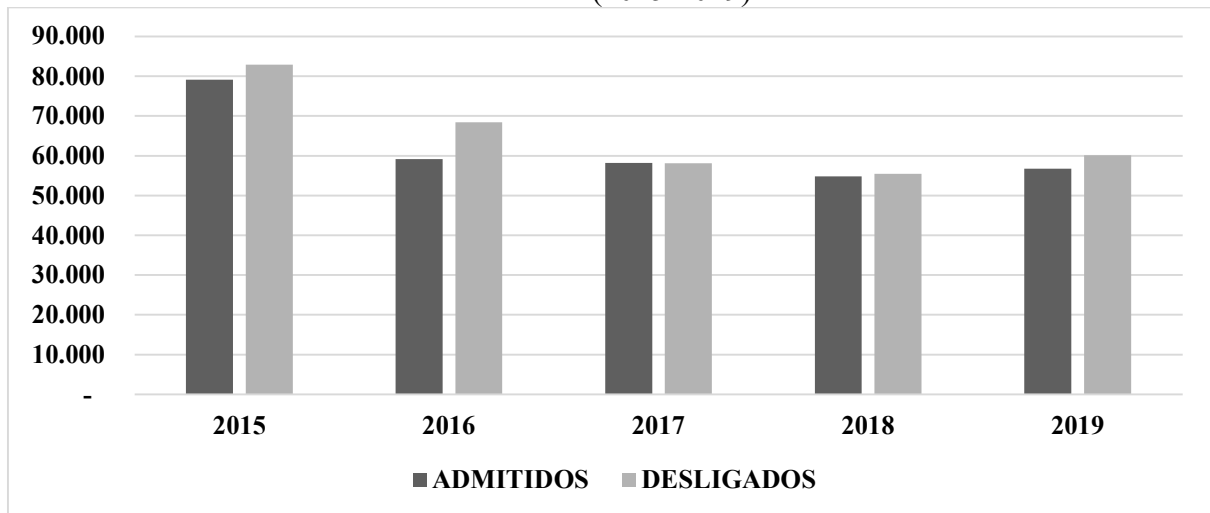


Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE/SINE-PI – Teresina (2022).

A partir do Gráfico 6, observa-se que os anos de 2018 e 2019 registram os piores resultados das ações promovidas pelo SINE, o que revela a queda de produtividade e consequentes dificuldades em realizar a colocação para todas as vagas oferecidas. Desse modo, percebe-se que os trabalhadores e as empresas não buscaram o SINE para realização da IMO.

A redução das ações de IMO realizadas pelo SINE não acompanhou as admissões e os desligamentos no mercado de trabalho local. Os agentes do mercado de trabalho (ofertantes e demandantes de mão de obra) buscaram a colocação nos postos de trabalho através de outros serviços ou meios. No Gráfico 7, a seguir, está representada a quantidade total de admissões e desligamentos do mercado de trabalho no período de 2015 a 2019. Com exceção de 2015, as admissões nos anos seguintes permaneceram na mesma faixa, entre 50 e 60 mil postos de trabalho efetivados por ano, demonstrando estabilidade das admissões no mercado de trabalho formal e contrariando os resultados das ações do SINE.

Gráfico 7 – Comparativo entre admitidos e desligados CAGED (número de pessoas) – Teresina (2015-2019)



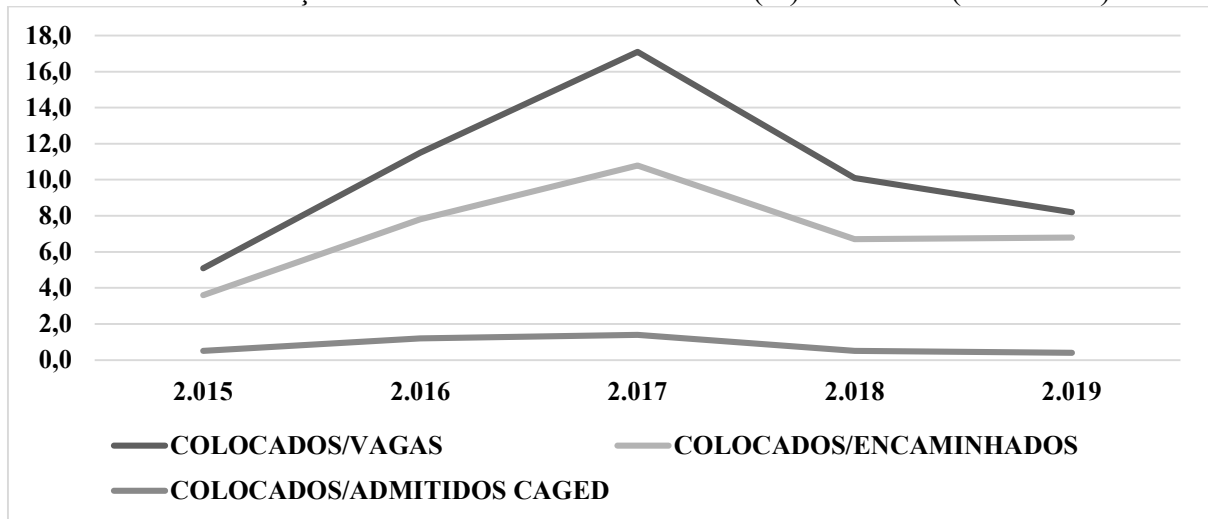
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE/CAGED – Teresina (2022).

O acompanhamento dos resultados do serviço de IMO se realizam por meio de monitoramentos relacionadas à evolução das inscrições, oferta de vagas de emprego, encaminhamentos à empresas e colocação de trabalhadores. Para além desses dados utilizados nos monitoramentos, também foram construídas, através dos procedimentos descritos na metodologia, as taxas de: efetividade dos encaminhamentos, de aproveitamento das vagas e de colocação no mercado de trabalho formal.

O Gráfico 8 apresenta um comparativo entre essas taxas que relacionam o número de colocados com as vagas ofertadas, o número de encaminhamentos e o número de admitidos CAGED. Nota-se que todas as taxas apresentam evolução positiva até 2017, a taxa de aproveitamento das vagas, por exemplo, representada no gráfico por colocados/vagas, apresentou resultado de 17% no ano de 2017, ou seja, para cada 100 vagas de emprego oferecidas, 17 vagas eram preenchidas através da IMO promovida pelo SINE. A taxa de

efetividade dos encaminhamentos no ano de 2017 registra 10,8%, e no ano de 2019 esse resultado aparece menor, 6,8%. Dessa forma o SINE precisaria de um esforço maior, promover mais encaminhamentos, a fim de alcançar melhores resultados de colocação e, assim, aproveitar mais vagas de emprego que estão disponíveis no mercado de trabalho.

Gráfico 8 – Taxa de efetividade dos encaminhamentos, taxa de aproveitamento das vagas e taxa de colocação no mercado de trabalho formal (%) – Teresina (2015-2019)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE/SINE-PI/CAGED – Teresina (2022).

Por fim, mediante os resultados da taxa de colocação no mercado de trabalho formal, expressa pela razão colocados/admitidos CAGED, a contribuição geral da IMO, executada pelo SINE, representa menos de 1% das admissões do mercado de trabalho formal. No período de 2015 a 2019, o mercado de trabalho formal registrou um total de 307.993 admissões e, no mesmo período, a IMO do SINE contribuiu com 2.441 dessas admissões. Em 2017, essa taxa alcançou a marca de 1,5% do total de admitidos no mercado de trabalho formal teresinense.

3.4 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ATUAÇÃO DO SINE NA CAPITAL PIAUIENSE: AVANÇOS E RETROCESSOS

Neste capítulo avaliou-se os resultados da alocação de mão de obra intermediada pelo SINE no Município de Teresina no período de 2015 a 2019, valendo-se de dados obtidos no “Relatório de Situação de Produção de Posto de Atendimento – IMO”, gerado pelo SINE e CAGED. Constatou-se que no período analisado o SINE realizou 338.683 atendimentos, que consistiram na inscrição de 54.089 trabalhadores, 24.415 vagas captadas/ofertadas, 35.356 encaminhamentos e 2.441 colocações no mercado de trabalho. Nesse período, foram registradas 307.993 admissões e 325.022 desligamentos no mercado de trabalho formal de Teresina.

O primeiro resultado apresentado é o de quantidade de atendimentos do SINE. Comparando 2015 (104.954 atendimentos) com 2019 (47.568 atendimentos), registrou-se uma redução de 55% nos atendimentos, ou seja, o serviço foi menos procurado. Quando se olha para o número de inscritos em serviços de intermediação, comparando o mesmo período, tem-se uma redução de 61%, ou seja, em 2015 foram registrados 18.330 inscritos para IMO e em 2019 apenas 7.118.

O segundo resultado que registra baixa performance na atuação do SINE é na oferta de vagas de emprego. Aqui vale ressaltar que as vagas ofertadas pelo SINE podem ser captadas pelo serviço junto às empresas que compõem o mercado de trabalho local ou as empresas podem divulgar essas vagas através do SINE para agilizar a captação do profissional. Em 2015, o SINE ofertou 7.903 vagas de emprego; já em 2019 foram apenas 2.974 vagas de emprego, um resultado 62% menor que no início do período analisado.

O número de encaminhamentos de perfis profissionais para participarem dos processos seletivos das empresas segue a mesma performance dos resultados anteriores, registrando 68% de redução entre 2015 (11.251 encaminhamentos) e 2019 (3.617 encaminhamentos).

Diante desse panorama, responde-se à primeira proposição deste capítulo. A partir da avaliação dos resultados das ações do SINE, no período de 2015 a 2019, observa-se redução nos resultados de todas as ações avaliadas, demonstrando redução gradativa da atuação do SINE na capital piauiense e conseqüente descrédito pelo serviço por parte dos trabalhadores. Partindo desse ponto, responde-se à segunda proposição, a saber: as ações de IMO executadas pelo SINE proporcionaram a inserção do trabalhador ao mercado de trabalho? Em nível nacional, colocações promovidas pelo SINE representaram menos de 4% do total de admissões em vagas formais de emprego registradas pelo CAGED ao longo de 2019, mostrando baixa efetividade em sua função da IMO (ONMT, 2020). Em Teresina, as ações da política de IMO executada pelo SINE resultaram em 2.441 colocações no mercado de trabalho formal. Esse número representou menos de 1% de participação em todas as admissões realizadas no mercado de trabalho teresinense, no período de 2015 a 2019.

Outra relação importante que fortalece a avaliação dos resultados da política é quanto ao baixo aproveitamento das vagas oferecidas pelo SINE. No ano de 2017, 839 vagas do mercado de trabalho formal foram preenchidas através da IMO do SINE. Em relação às vagas ofertadas no mesmo ano, esse número representou 17%. Já no ano de 2019, só foram realizadas 245 colocações, representando um aproveitamento de apenas 8% das vagas ofertadas pelo SINE. Dessa forma, observa-se que, além da baixa performance nas principais ações, o SINE

teve participação inexpressiva nas admissões do mercado de trabalho formal. Dessa forma, conclui-se que, durante o período analisado, no município de Teresina, a IMO executada pelo SINE atuou com baixa efetividade, participando em menos de 1% das contratações do mercado de trabalho formal, no período de 2015 a 2019.

Vale notar que a IMO é avaliada positivamente nos estudos de avaliação do SINE devido ao seu baixo custo e aos resultados produzidos. Entretanto a IMO produz melhores resultados em um período de prosperidade econômica quando se trata de emprego friccional, mas, ainda que de maior utilidade, nos ciclos recessivos tem menor alcance, salvo a proteção monetária ao desempregado, haja vista a baixa oferta de emprego para o sistema de intermediação e o menor tamanho de mercado para atividades empreendedoras. Em situação de desemprego estrutural, programas alternativos como de qualificação de mão de obra e desenvolvimento econômico setorial, regional ou local podem ser mais utilizados, quando não apenas programas assistenciais.

Por fim, faz-se necessário evidenciar a importância da atuação pública no monitoramento das ações da IMO executadas pelo SINE, com o objetivo de realimentar as ações, buscando aferir resultados e impactos na alteração de qualidade de vida da população, bem como definir estratégias para evoluir sua participação nas admissões do mercado de trabalho formal. Para isso, é preciso rever as limitações de acesso ao serviço de IMO, modernização do acesso e informações acessíveis.

Essa breve avaliação não pretende esgotar o assunto, tendo em vista que a temática reúne múltiplas possibilidades investigativas pela importância das avaliações de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida da sociedade e de atuação do SINE por unidade de atendimento na capital piauiense, de atuação estadual, comparando com outros estados do Nordeste, e avaliações de resultado, considerando, além dos resultados das ações de IMO, o tamanho da estrutura (número de funcionários, número de unidades) local do SINE e o seu orçamento anual.

4 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO ÍNDICE DE QUALIDADE DO EMPREGO FORMAL EM TERESINA (2010-2019)

A qualidade do trabalho e do emprego têm sido temas centrais de várias pesquisas nos últimos anos e se relacionam tanto com a qualidade de vida do trabalhador quanto com a capacidade de desenvolvimento de uma determinada região. A Organização Internacional do Trabalho analisou os impactos das mudanças produtivas na qualidade do emprego e, consoante a isso, elencou na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável os parâmetros necessários para preservar o trabalho formal.

Segundo Cacciamali (2007), no Brasil, uma das principais causas para a desigualdade nas políticas de renda é a iníqua distribuição de capital humano, apreendida sob forma de escolaridade e experiência laboral. Contudo predominam análises de cunho pós-keynesiano que associam o comportamento da distribuição pessoal à distribuição funcional da renda, e abordagens mais recentes introduzem outros aspectos sociais relevantes, por exemplo, a discriminação de gênero e de raça no mercado de trabalho, a segmentação regional e a importância dos programas de transferência de renda.

Para Arretche (2009), somente a avaliação de programas efetivamente implementados poderá estabelecer uma relação causal entre uma determinada modalidade de políticas públicas e o sucesso ou fracasso na realização de seus propósitos ou, ainda, entre esta política e um dado resultado ou impacto sobre a situação social previa a sua implementação. A autora ainda esclarece que o objetivo da avaliação é realimentar ações, buscando aferir resultados e impactos na alteração de qualidade de vida da população, bem como redimensionar as opções tomadas.

Ao observar que o mercado de trabalho na cidade de Teresina passou por um ciclo de crescimento, assume-se como importante calcular o IQEF. Com isso, pretende-se atingir o já referido objetivo de comprovar se esse aumento quantitativo do emprego formal entre 2010 e 2019 foi acompanhado por uma evolução qualitativa da mão de obra na cidade.

Os dados oficiais para tal serão coletados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), ambos vinculados ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Esses dados são compostos por trabalhadores formais de todos os setores da economia (extrativa mineral, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio, serviços, administração pública e agropecuária, extração vegetal, caça e pesca) (IBGE). Com isso, será possível a elaboração do IQEF e sua avaliação para proposição de estratégias para as políticas públicas de trabalho, emprego e renda orientadas para as reais necessidades da população teresinense.

O IQEF permite que sejam observados aspectos dos fatores sistêmicos no tocante à questão social e trabalhista. Entende-se que o nível de qualidade da mão de obra dependerá de alguns indicadores, tais como: o nível de instrução, a média salarial, a concentração salarial e a rotatividade da mão de obra, onde serão apresentados estudos realizados com o IQEF e os aspectos metodológicos, variáveis trabalhadas e o modelo matemático.

O IQEF foi utilizado com o objetivo de aprofundar as análises dos dados referentes ao trabalhador e ao mercado de trabalho formal. Um exemplo foram os estudos de Campos (2000) com o título “Processo de abertura econômica, competitividade e reestruturação produtiva da indústria têxtil brasileira: uma análise comparativa das regiões Nordeste e Sul (1985-1998)”. No referido trabalho, a autora investigou os efeitos da abertura econômica no período e como diferentes condições de competitividade geraram efeitos diversos na comparação entre as duas regiões.

Juntamente com Moutinho e Campos, Mabel Campos (2000) escreveu um artigo intitulado “Reestruturação produtiva e qualidade do emprego formal na indústria têxtil: um estudo comparativo entre as regiões Nordeste e Sul”. No estudo, resgata-se a discussão da reestruturação produtiva para propor a hipótese de que a qualidade do emprego formal esteja melhorando no setor têxtil.

Já Branchi (2017) apresenta seu estudo numa abordagem multidimensional com base em um índice de trabalho decente. Adota metodologia similar, porém no cálculo considerou variáveis como: oportunidade de trabalho, qualidade do trabalho e direitos dos trabalhadores. Os resultados encontrados indicaram que o índice poderia se tornar uma ferramenta útil para monitorar o efeito das políticas públicas destinadas a promover o trabalho decente.

Por fim, Monsueto e Gouveia (2019) apresentam o Índice de Qualidade do Mercado de Trabalho para as regiões metropolitanas do Brasil. Com uma cobertura de vinte e uma regiões, o estudo mostrou que a qualidade do mercado de trabalho foi influenciada fortemente pelos ciclos macroeconômicos de crescimento ou de crise da economia brasileira.

Neste capítulo, as duas seções seguintes mostrarão, respectivamente, as informações sobre a base de dados utilizada para construção deste trabalho acadêmico, a partir da análise descritiva dos dados coletados a respeito do mercado de trabalho e do perfil do trabalhador formal teresinense; e, logo após, a construção do IQEF a partir dos índices de escolaridade, remuneração média, concentração salarial e rotatividade da mão de obra. Por fim, serão apresentados os resultados e a análise comparativa entre o crescimento quantitativo e qualitativo.

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL EM TERESINA DE 2010 A 2019

Este item apresenta a análise os dados referentes ao mercado de trabalho formal para todos os setores da economia na cidade de Teresina, localizada no estado do Piauí, nos anos de 2010 a 2019. Esses dados foram extraídos do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET), que tem por objetivo divulgar informações à sociedade civil oriundas de dois registros administrativos: a RAIS e o CAGED. Por meio deste programa, o MTE dissemina informações sobre o mercado de trabalho.

Os dados foram coletados através do acesso online à base da RAIS e da CAGED. Na base de dados foram utilizados para o nível geográfico o município de Teresina e para o nível setorial os setores de atividades econômicas segundo o IBGE: extrativa mineral, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio, serviços, administração pública, agropecuária, extração vegetal, caça e pesca.

Os dados são relacionados à evolução dos vínculos empregatícios, à faixa etária dos trabalhadores que compõem o mercado de trabalho formal, ao gênero do trabalhador, ao grau de escolaridade, à remuneração média do ano em salários mínimos (quando acumulada, representará a massa salarial) e, por fim, ao grau de rotatividade.

4.1.1 Considerações e cuidados na interpretação dos dados da RAIS e do CAGED

Criada pelo Decreto nº 76.900/75, a RAIS representa um censo anual do emprego formal, levantando, por meio de formulário próprio, informações que se destinam a:

- i) servir de base de cálculo das cotas do PIS e do PASEP;
- ii) subsidiar o controle relativo ao FGTS e à Previdência Social;
- iii) controlar a nacionalização do trabalho, substituindo a chamada lei dos 2/3;
- iv) viabilizar o pagamento do abono salarial a que se refere o artigo 239 da Constituição Federal.

Instituído pela Lei nº 4.923/65, que obrigou as empresas abrangidas pelo Sistema de Consolidação das Leis do Trabalho a informar ao Ministério do Trabalho, em relação nominal, a movimentação de seus empregados, o CAGED tem periodicidade mensal e suas informações destinam-se a acompanhar e fiscalizar o processo de admissão e dispensa dos trabalhadores, bem como subsidiar a adoção de medidas contra o desemprego e o estabelecimento de mecanismos de assistência aos desempregados.

Ainda que a estatística não seja o objetivo principal da RAIS e do CAGED, o Ministério do Trabalho e Emprego tem tido o cuidado e a preocupação em manter e aprimorar essas bases de dados, por constituírem informações bastante ricas sobre o mercado de trabalho formal. Existem atributos e vantagens para esse tipo de levantamento que dificilmente são encontrados em eventuais fontes substitutas, destacando-se:

- a) caráter censitário dos dados, que permite a desagregação das informações para os menores domínios geográficos, setoriais e ocupacionais pesquisados;
- b) atualização periódica dos dados, dada a própria finalidade operacional do sistema;
- c) processamento individualizado das informações por estabelecimentos, empresas, vínculos empregatícios e pessoas, o que possibilita a adoção de controles de respostas, tratamentos metodológicos diversos e completo aproveitamento dos dados em termos de combinação de atributos entre essas unidades;
- d) conteúdos estáveis e homogêneos das variáveis pesquisadas, que facilitam a disseminação dos dados.

Existem também limitações próprias aos registros administrativos, decorrentes da ausência de supervisão direta dos respondentes em campo, que resultam em omissão ou sonegação de resposta por parte dos estabelecimentos obrigados a apresentar a declaração. Além da falta de declaração, os principais problemas detectados são:

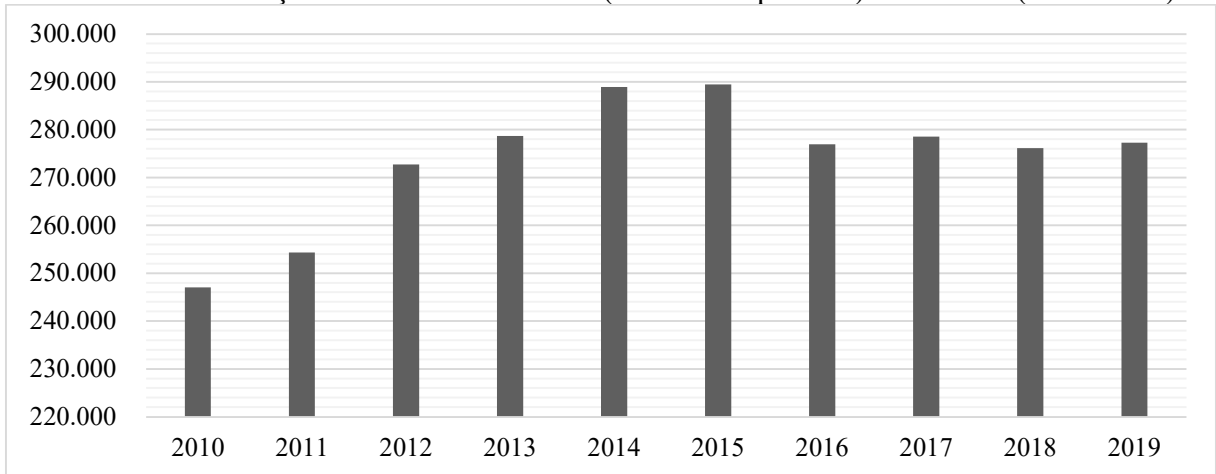
- a) declarações incompletas, pela omissão de vínculos empregatícios ou ausência de respostas a alguns itens do formulário;
- b) preenchimento incorreto do formulário, causado em grande parte por falta de informação do declarante ou erro de interpretação das instruções;
- c) ocorrência de distorções geográficas e setoriais dos dados em consequência da apresentação de declarações por empresa e não por estabelecimento; e
- d) erros voluntários na declaração.

Por conta dessas e outras limitações próprias dos registros administrativos é que sempre se deve ter cautela na utilização dos dados provenientes da RAIS e do CAGED. Os maiores cuidados referem-se aos usos que envolvam a comparação de totais ou estoques ao longo do tempo: tanto a sua diferença absoluta quanto a razão entre duas posições do registro no tempo podem levar a conclusões errôneas. Em contrapartida, os usos que adotam a forma de distribuições relativas ou utilizam médias, medianas e outras separatrizes mostram melhor qualidade e confiabilidade em estudos temporais, devido à normalização da base de cálculo.

4.1.2 Evolução dos vínculos empregatícios por sexo e faixa etária

O Gráfico 9 mostra a evolução ou crescimento quantitativo dos vínculos empregatícios para o mercado de trabalho formal teresinense nos anos de 2010 a 2019. Os valores representam a quantidade total de trabalhadores formais para todos os setores do IBGE.

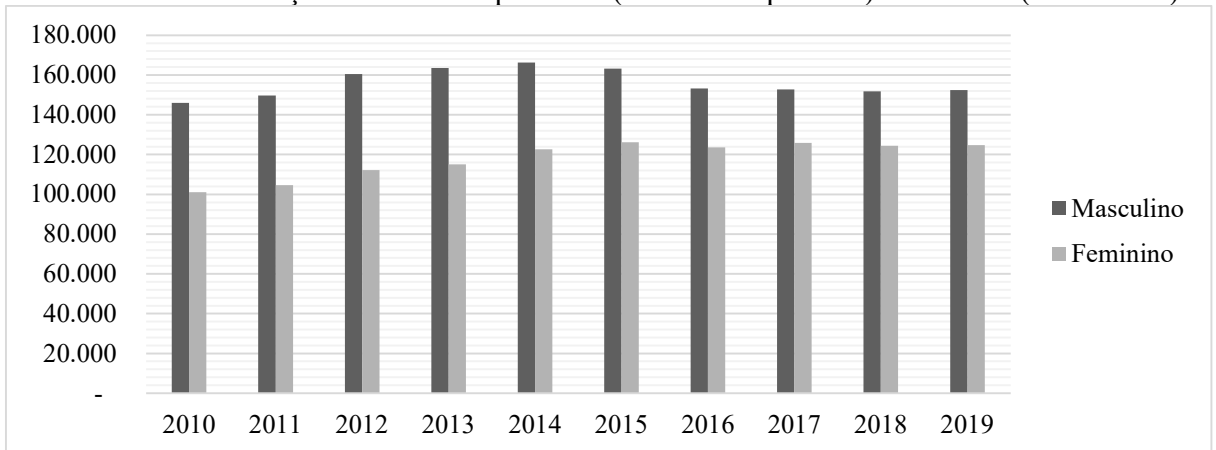
Gráfico 9 – Evolução dos vínculos formais (número de pessoas) – Teresina (2010-2019)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE – Teresina (2022).

Em Teresina, o crescimento total dos vínculos formais entre 2010 e 2019 foi de 12,2%, ou seja, um crescimento de 30.219 trabalhadores formais. Os anos de 2014 e 2015 registram o maior número, 288.912 e 289.440 trabalhadores, respectivamente, durante os cinco primeiros anos do período estudado. O mercado de trabalho formal cresceu 17% e, após 2015, registrou uma queda de 4,2%, se comparado a 2019, com 277.254 trabalhadores formais.

Gráfico 10 – Evolução de vínculos por sexo (número de pessoas) - Teresina (2010-2019)

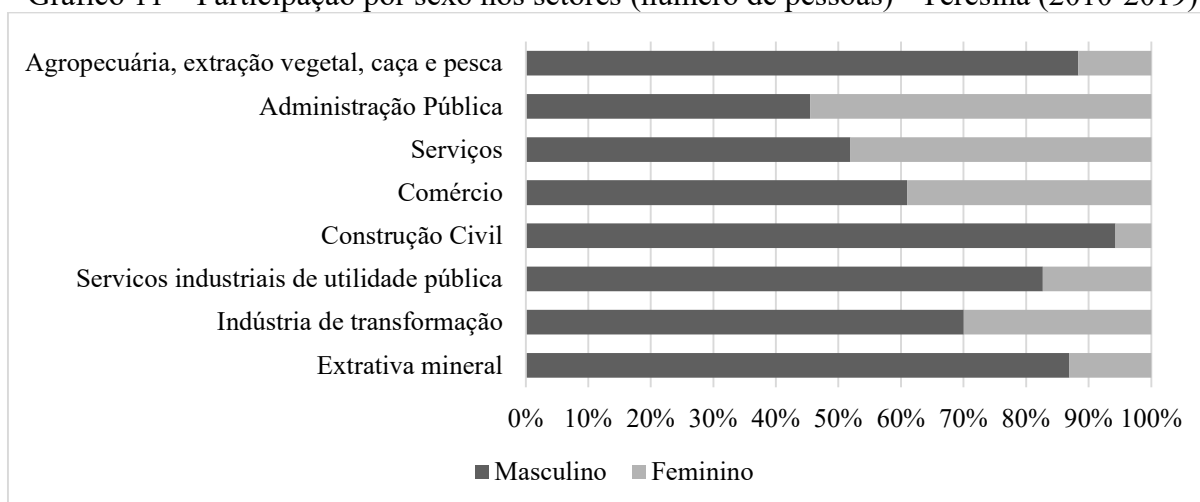


Fonte: elaborado pela autoria a partir dos dados do MTE – Teresina (2022).

Foi analisada a participação dos indivíduos por sexo masculino e feminino, sendo possível observar a evolução da participação feminina no mercado de trabalho, conforme ilustra o Gráfico 10. No geral, durante o período analisado, os indivíduos de sexo masculino representaram 57% dos vínculos formais do mercado de trabalho e os indivíduos de sexo feminino representaram 43%. Comparando o ano de 2010 com o ano de 2019, os indivíduos do sexo feminino cresceram 23,5%. Já os indivíduos do sexo masculino cresceram apenas 4,5%.

No Gráfico 11, observa-se que o setor da administração pública é o único ocupado por uma maioria de trabalhadores do sexo feminino, 55%, no período analisado. Mas vale destacar que, para o setor, o número de indivíduos do sexo masculino cresceu durante o período da pesquisa. Em 2010 eram 34.269 trabalhadores do sexo masculino; já em 2019, 35.192 trabalhadores e, nesse mesmo período, o número de indivíduos do sexo feminino teve uma redução, de 41.121 em 2010 para 40.864 em 2019.

Gráfico 11 – Participação por sexo nos setores (número de pessoas) - Teresina (2010-2019)



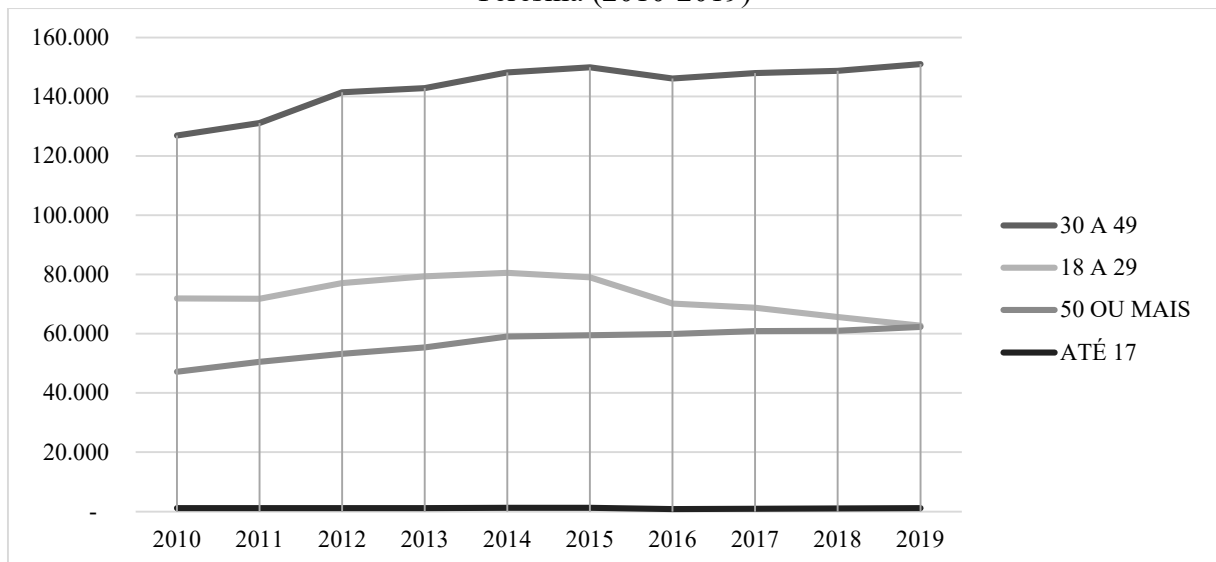
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE – Teresina (2022).

O gráfico mostra também que a participação dos indivíduos do sexo feminino no setor de construção civil é a mais baixa, apenas 6%, seguidos dos setores: agropecuária, extração vegetal, caça e pesca com 12%, extrativa mineral com 13% e serviços industriais de utilidade pública com 17% de participação de trabalhadores do sexo feminino.

No Gráfico 12 apresenta-se a evolução de vínculos por faixa etária, chamando a atenção para o crescimento de vínculos com idade superior a 30 anos. A faixa correspondente a indivíduos de 30 a 49 anos representa 52% do número de trabalhadores do mercado formal de Teresina e teve um crescimento de 19% no número de vínculos no período analisado. A faixa de trabalhadores com 50 anos ou mais apresenta o maior crescimento, 32%, relacionando 2019

com 2010. Já os perfis de 18 a 29 anos perderam espaço no mercado formal, registrando uma queda de ocupação de postos de trabalho de quase 13%. Importante apontar que, até o ano de 2014, profissionais nesta faixa etária ganhavam espaço nos postos de trabalho formal.

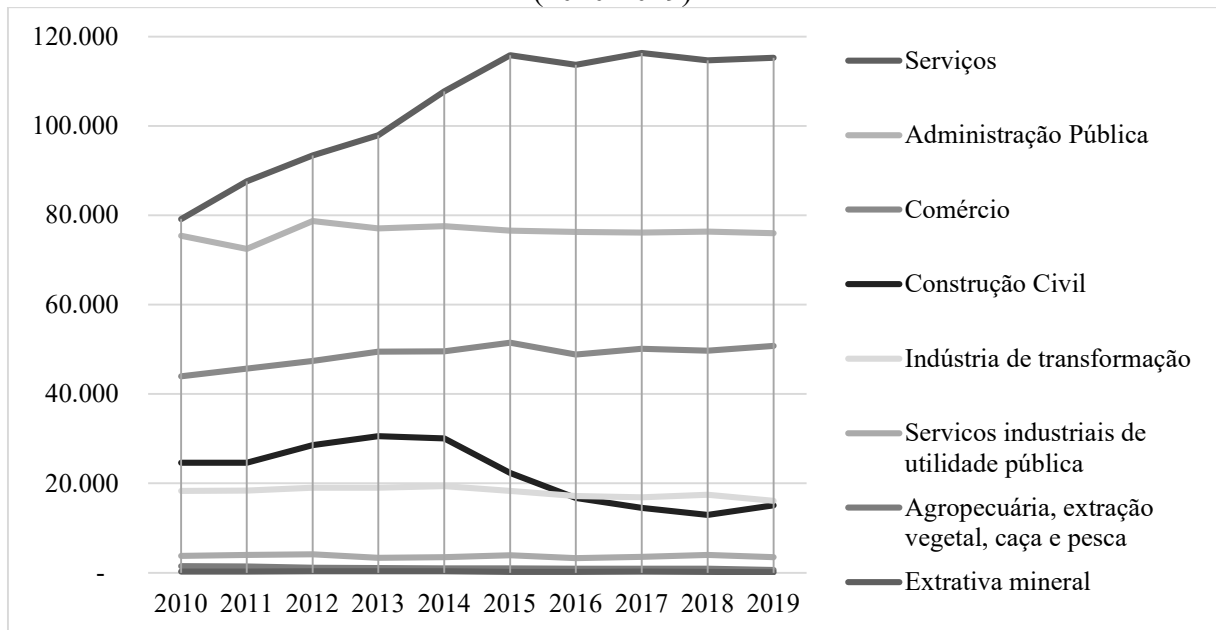
Gráfico 12 – Evolução de vínculos por faixa etária (número de pessoas) – Teresina (2010-2019)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE – Teresina (2022).

Para finalizar esta seção de análise da evolução de vínculos, serão apresentados os resultados por setores da economia no Gráfico 13. Dos oito setores da economia teresinense, segundo o IBGE, cinco apresentaram redução do número de vínculos, comparando 2010 com 2019. São eles: agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, com uma redução de 60%, ou seja, em 2010 possuíam 1.525 empregados formais, e em 2019 registraram apenas 606; extrativa mineral, registrando menos 46% dos postos de trabalho; construção civil, com redução de 39% das ocupações, porém o maior número absoluto, menos 9.533 vínculos, comparando 2010 com 2019; em seguida, indústria de transformação com menos 12% e serviços industriais de utilidade pública com menos 9% de vínculos.

Gráfico 13 – Evolução de vínculos por setores do IBGE (número de pessoas) – Teresina (2010-2019)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE – Teresina (2022).

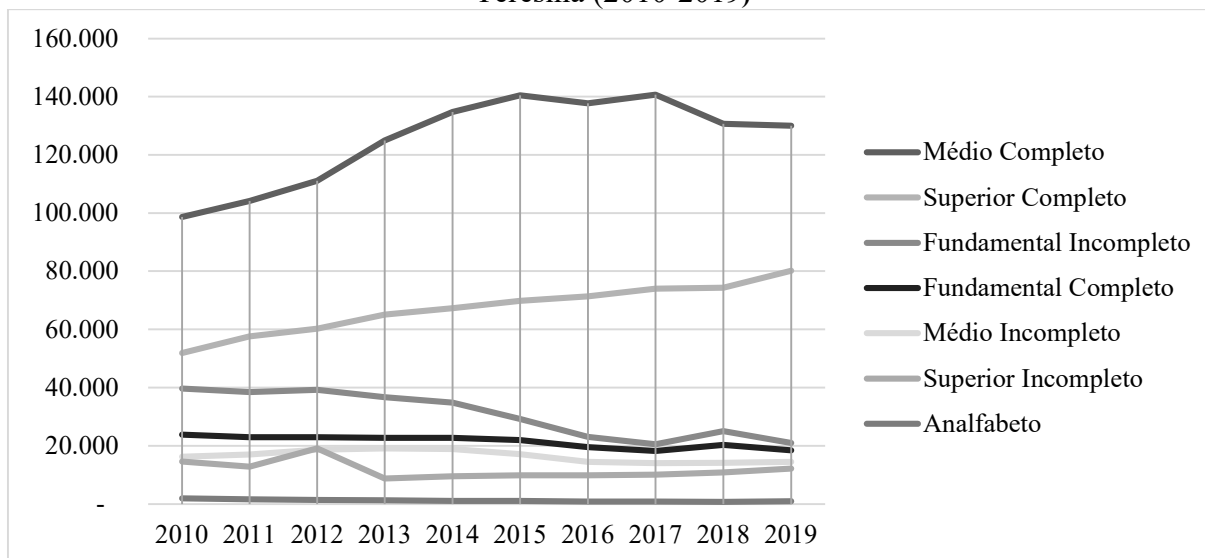
O destaque em crescimento para o período analisado fica para o setor de serviços, responsável por quase 42% dos vínculos formais de Teresina. Esse setor cresceu 45%, se relacionado o ano de 2010 com 2019. Em segundo lugar, tem-se o setor do comércio, com um crescimento de 15%, e o da administração pública, que se manteve em linha, com um suave crescimento de quase 1%, comparando 2010 com 2019.

4.1.3 Evolução do grau de escolaridade

Pode-se observar ao longo do período analisado neste trabalho uma evolução quanto ao número de vínculos, ou seja, um crescimento dos postos de trabalho, devido, entre outros fatores, à urbanização, à maior participação do poder público e aos sindicatos. Para se manter esse crescimento e para atender às necessidades do progresso técnico e tecnológico, é também preciso mão de obra qualificada. A educação é parte fundamental desse processo, e é o ponto que será analisado nesta seção.

O gráfico abaixo trabalha os dados apenas dos níveis de escolaridade: analfabeto, fundamental incompleto, fundamental completo, ensino médio incompleto, ensino médio completo, superior incompleto e superior completo.

Gráfico 14 – Evolução do grau de escolaridade por setores do IBGE (número de pessoas) – Teresina (2010-2019)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE – Teresina (2022).

No Gráfico 14, pode-se observar o crescimento do número de vínculos com o ensino médio completo e ensino superior completo, fortalecendo a hipótese de progresso do mercado formal e demanda por mão de obra qualificada. Comparando 2010 com 2019, o ensino superior completo larga na frente em percentual de crescimento de vínculos, 54% de crescimento. Em seguida tem-se o ensino médio completo, que, em números absolutos, representa 47% do total de vínculos do mercado de trabalho formal e teve um crescimento de 32% entre 2010 e 2019.

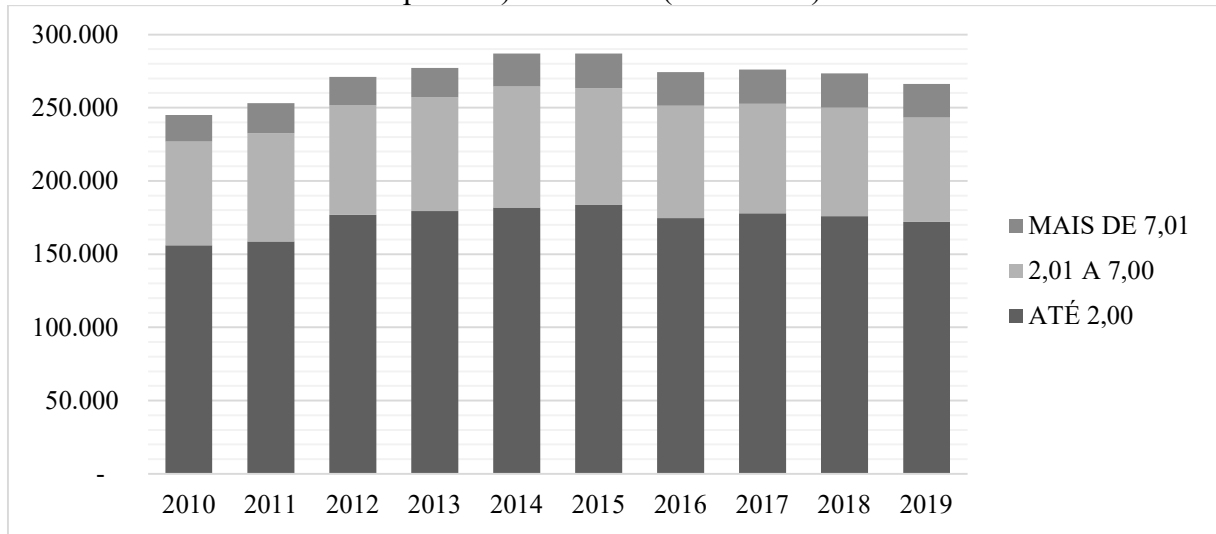
O setor de administração pública lidera o número de trabalhadores com ensino superior completo. São 44.530 profissionais graduados e ativos no mercado de trabalho formal em 2019. Depois, o setor que mais atraiu mão de obra de curso superior completo foi o comércio.

É importante registrar que a maior queda entre os níveis de escolaridade foi no perfil analfabeto, que reduziu 47% de vínculos. Em 2010, eram 1.958 analfabetos empregados formalmente. No ano de 2019 este número registrou 912 vínculos.

4.1.4 Remuneração média

Esta seção mostra a remuneração média dos trabalhadores formalmente contratados em Teresina no período de 2010 a 2019. Apresenta inicialmente o número de vínculos por faixa salarial, definidos em três para este estudo: vínculos que ganham até dois salários mínimos, de 2,01 salários a 7 salários, e o grupo dos que ganham acima de 7,01 salários mínimos. Em seguida, aborda a evolução da remuneração promovida pelo mercado de trabalho formal estratificando por faixas de remuneração e, por fim, expõe a remuneração média por setores da economia teresinense, segundo o IBGE.

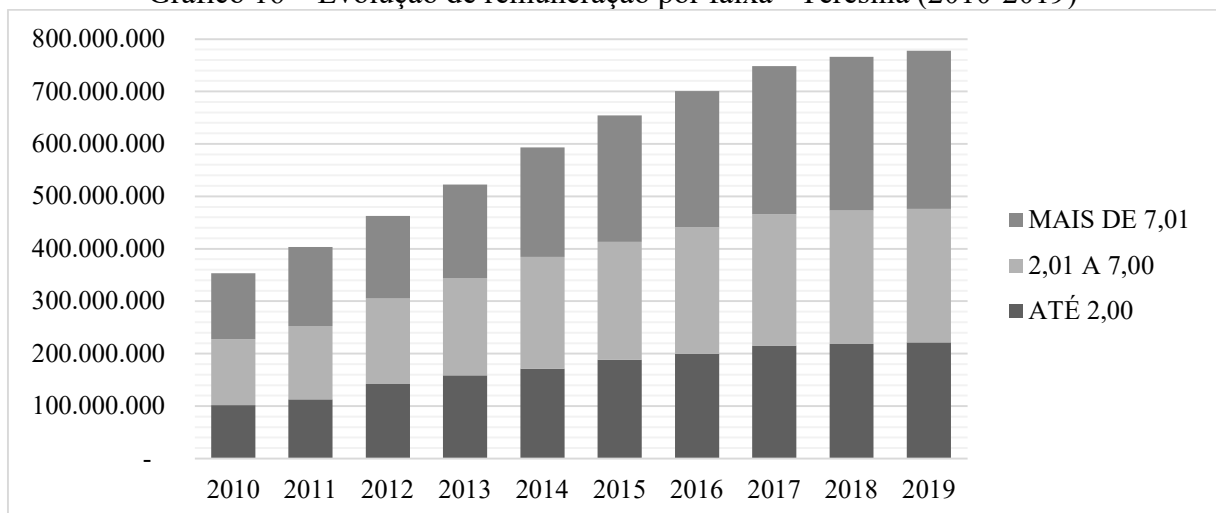
Gráfico 15 – Evolução da quantidade de vínculos por faixa de remuneração (número de pessoas) – Teresina (2010-2019)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE – Teresina (2022).

Este primeiro gráfico representa a evolução de quantidade de vínculos, já apresentada na seção anterior, detalhando a quantidade de trabalhadores por faixa salarial. Pode-se observar que a grande fatia de trabalhadores ainda recebe até dois salários mínimos. No período estudado, este número representa 63,4% dos vínculos formais. O que chama a atenção é que, durante os anos de 2010 a 2019, não houve uma variação relevante do número de vínculos em nenhuma das faixas salariais analisadas.

Gráfico 16 – Evolução de remuneração por faixa - Teresina (2010-2019)



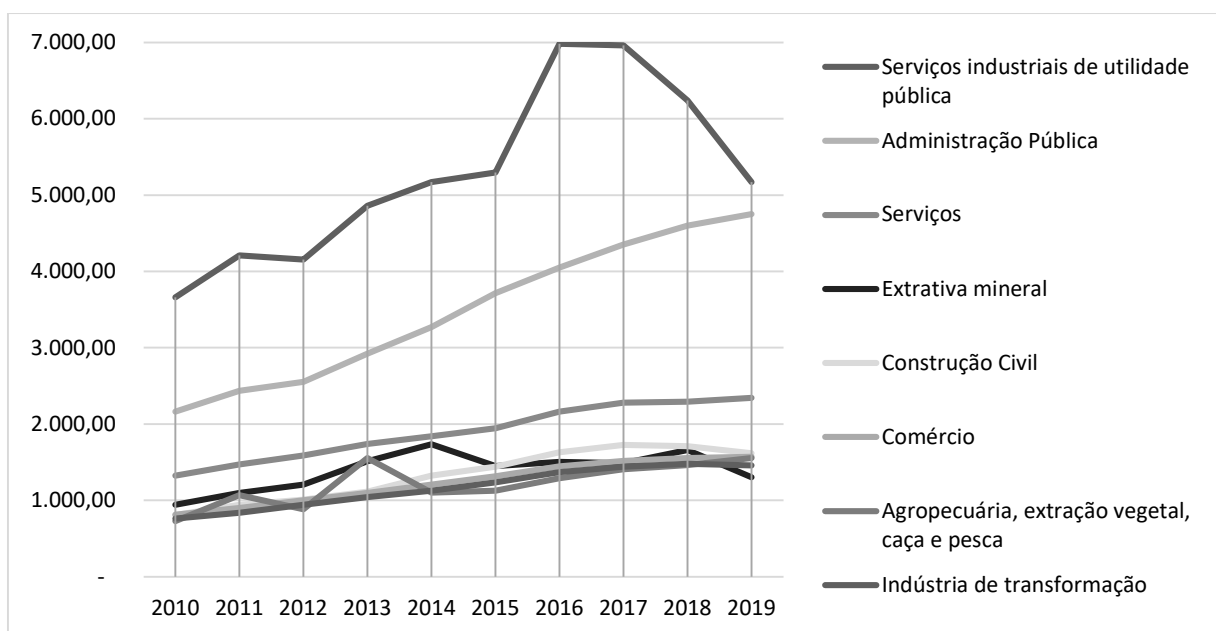
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE – Teresina (2022).

No Gráfico 16, pode-se observar a evolução da remuneração total paga para os trabalhadores formais de Teresina. Entre 2010 e 2019, desconsiderando os efeitos da inflação e os reajustes do salário mínimo, a remuneração total paga mais que dobrou, atingindo um crescimento de 120%. Em 2010 o valor total registrou mais de 350 milhões de reais; já em 2019 o valor foi de quase 778 milhões de reais. Em todas as faixas salariais, este crescimento foi acima de 100%, inversamente aos resultados apresentados no Gráfico 15, onde se mostra que a concentração de vínculos está na faixa salarial de até 2 salários mínimos, representando 63% do total de vínculos nesta faixa e seguido de 28% na faixa entre 2,01 a 7 salários mínimos. No Gráfico 16, fica evidente que a maior fatia da remuneração paga aos trabalhadores formais está concentrada na faixa acima de 7,01 salários mínimos, representando 37%. A remuneração paga na faixa de até 2 salários mínimos representa apenas 29%.

No Gráfico 17, ilustra-se a evolução da remuneração média para cada um dos setores da economia teresinense, segundo o IBGE. Essa informação foi encontrada a partir da relação entre o valor da remuneração total por setor e a quantidade de vínculos por setor.

O setor de serviços industriais de utilidade pública aparece em destaque no Gráfico 17 com o maior salário médio, mesmo apresentando uma queda de 26% entre os anos de 2016 e 2019. A maior média salarial apresentada pelo setor foi no ano de 2016, registrando o valor de R\$ 6.982,53. O setor da administração pública apresenta a maior evolução de remuneração média, quase 120% de crescimento entre 2010 e 2019.

Gráfico 17 – Evolução salário médio por setores do IBGE - Teresina (2010-2019)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE – Teresina (2022).

O setor de serviços é o terceiro setor com a melhor remuneração média, registrando em 2019 o valor de R\$ 2.344,11, menos da metade do salário médio pago aos profissionais que compõem a administração pública. No geral, todos os setores apresentaram crescimento na remuneração média, desconsiderando os efeitos da inflação e os ajustes salariais.

4.1.5 Taxa de rotatividade

Finalizando esta seção de análise descritiva do mercado de trabalho formal, serão apresentados os resultados para a taxa de rotatividade nos setores da economia de Teresina no período de 2010 a 2019.

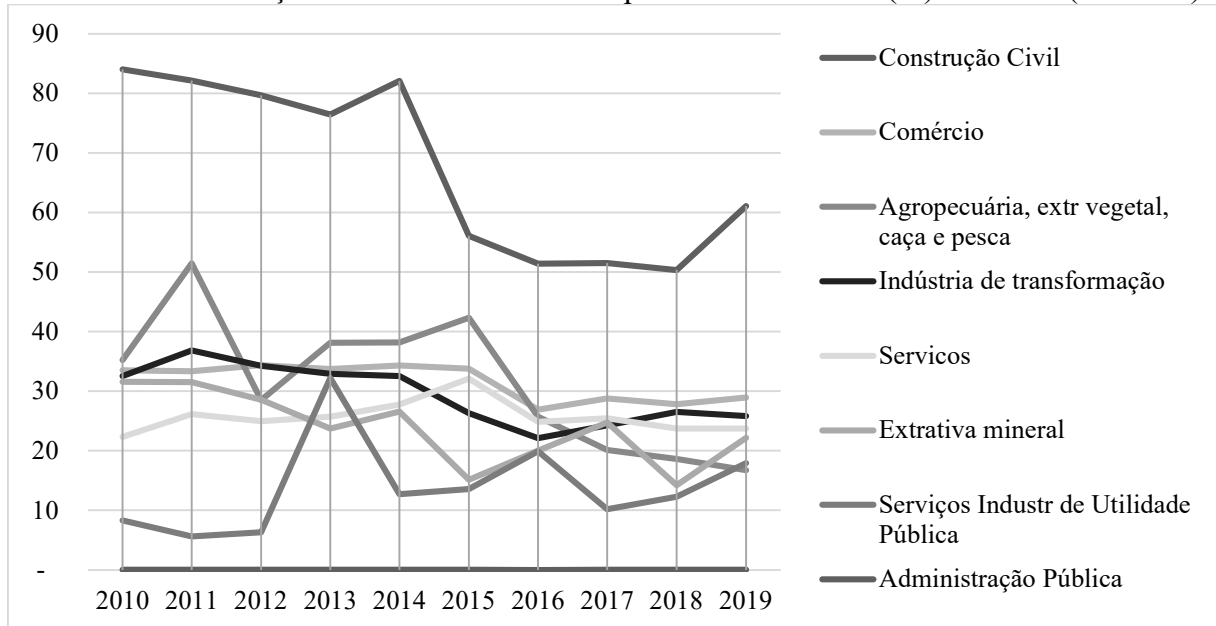
O cálculo da taxa de rotatividade é a razão do mínimo entre o total de admissões e desligamentos no período de referência da pesquisa e o número total de pessoas ocupadas assalariadas no período imediatamente anterior, multiplicado por 100. Representa, portanto, a percentagem do número de trabalhadores substituídos por outros no total de trabalhadores.

$$(1) \quad TR(t) = \frac{\text{mínimo}(A(t), D(t)) \times 100}{E(t-1)}$$

Em que: $TR(t)$ é a taxa de rotatividade, $A(t)$ é o total de admissões, $D(t)$ é o total de desligamentos e $E(t)$ é o total de empregos. O valor encontrado para a taxa é representado em porcentagem. Os dados necessários para o cálculo do índice foram coletados da base de dados da RAIS e da CAGED.

Uma importante observação acerca da taxa de rotatividade é que esta é inversamente proporcional ao tempo de permanência no emprego, ou seja, quanto menor a rotatividade, maior será a permanência no emprego. Nesse caso, quanto mais próximos de 100% estiverem os resultados, maior será sua incidência, sendo interpretados como redução da qualidade do emprego, enquanto valores próximos de zero significam queda na incidência dessa variável, indicando melhorias nas condições do emprego. Porém a taxa de rotatividade é formada apenas por valores entre 5% e 100%, onde 5% são as melhores taxas, o que significa que as admissões são maiores que os desligamentos, mostrando um mercado de trabalho saudável, e 100% as piores. O fato de o ponto mínimo da taxa de rotatividade ser de 5% significa a aceitação deste valor como sendo uma taxa de rotatividade mínima existente numa economia (PRATES, 1997).

Gráfico 18 – Evolução da taxa de rotatividade por setores do IBGE(%) – Teresina (2010-2019)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE – Teresina (2022).

No Gráfico 18, o setor da administração pública aparece com a taxa zerada devido ao número de admitidos e desligados serem muito baixos e, em todos os anos, o número de admitidos ser superior. Pode-se observar também que os valores encontrados para o setor da construção civil são os maiores e a redução da taxa de rotatividade a partir de 2014 é justificada pela redução do número de vínculos, apresentada no Gráfico 13. Outra importante observação é que apenas os setores serviços e serviços industriais de utilidade pública registraram taxas de rotatividade maiores que no início do período estudado.

4.2 METODOLOGIA PARA O CÁLCULO DO IQEF

Nesta seção serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados para medir a qualidade do emprego formal. O primeiro procedimento utilizado foi a pesquisa bibliográfica e documental, para montar o perfil do trabalhador formal de Teresina e desenvolver análises sobre os setores da economia teresinense no período de 2010 a 2019.

Antes de tudo, foi feito um levantamento bibliográfico sobre o tema e assuntos afins. Para a pesquisa documental, utilizaram-se os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

A partir do banco de dados serão levantadas as seguintes informações:

- a) total de empregados nos setores da economia teresinense;
- b) nível de escolaridade;

- c) total de admitidos no ano;
- d) total de desligados no ano;
- e) remuneração média em salários mínimos; e
- f) vínculos por gênero e faixa etária.

Todas as informações da RAIS são anuais, compreendendo os anos de 2010 a 2019. Em cada ano, serão somados os índices correspondentes ao ano, dividindo-se o resultado por 4, encontrando-se, assim, o IQEF para cada um dos anos observados.

A adoção do IQEF como medida da qualidade do emprego formal tem, como todo índice, limitações. Uma delas advém da escolha dos parâmetros para os melhores e piores resultados. Uma vez que não estão sendo consideradas todas as regiões do país, adotaram-se valores arbitrários para a interpolação linear. Isso pode distorcer o tamanho da disparidade entre as regiões, ou seja, algum Estado não analisado pode apresentar indicadores fora dos limites escolhidos arbitrariamente, o que alteraria a escala das diferenças, mas não a sequência dos índices.

Outra limitação surge do fato de a base de dados tratar apenas do emprego formal, não possibilitando o estudo de relações de terceirização, em que a firma prestadora de serviços não se enquadre na mesma atividade da contratante, ou nem mesmo informe suas atividades ao Ministério.

Apesar dessas limitações, o IQEF é um importante índice, pois é elaborado com base em todos os trabalhadores formais do setor, o que dá alta confiabilidade às conclusões. A utilização da base de dados da RAIS/CAGED, portanto, concede ao IQEF um forte poder explicativo, mesmo que limitado.

As variáveis que compõem o IQEF são:

- a) rotatividade: é a razão do mínimo entre o total de admissões e desligamentos no período de referência da pesquisa e o número total de pessoas ocupadas assalariadas no período imediatamente anterior, multiplicado por 100. Representa, portanto, a percentagem do número de trabalhadores substituídos por outros no total de trabalhadores. A rotatividade serve para se ter uma melhor visão do comportamento de entradas e saídas de trabalhadores no mercado de trabalho;
- b) escolaridade: é, por definição, o cumprimento de um determinado ciclo de estudos. Se um indivíduo completou todos os anos de um ciclo e for aprovado, diz-se que este obteve o grau de escolaridade do ciclo em questão. Para o cálculo do índice foram utilizados apenas os trabalhadores com ensino fundamental completo, médio

completo e superior completo divididos pelo número total de trabalhadores por setor. Posteriormente foram mensurados os resultados do ensino fundamental completo por 1, do ensino médio completo por 2 e do ensino superior completo por 3. Posteriormente, foi calculada a média dos três resultados, e encontrou-se a variável escolaridade;

- c) remuneração média: corresponde à remuneração média dos trabalhadores que ganham de um a cinco salários mínimos dividido pela remuneração média do total de trabalhadores; e
- d) concentração salarial: é a remuneração total em reais dos trabalhadores que recebem acima de dez salários mínimos dividido pela remuneração em reais do total de trabalhadores.

Segundo Campos e Moutinho (1999), cada uma dessas variáveis será transformada em um índice que varia de 0 a 1, sendo 0 o pior resultado possível e 1 o melhor resultado possível ou resultado desejável. Esse índice resultará da fórmula:

$$(2) \quad i = \frac{Vo - Pv}{Mv - Pv}$$

Onde, Vo é o valor observado, Pv é o pior valor possível e Mv é o melhor valor possível.

O cálculo do IQEF é similar ao do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas e compreende a média aritmética simples de quatro indicadores: remuneração média, concentração salarial, grau de instrução e grau de rotatividade.

$$(3) \quad IQEF = \frac{EDU + ROT + RMED + CSAL}{4}$$

O IQEF, como já foi visto antes, é o Índice de Qualidade do Emprego Formal, EDU são os índices de escolaridade, ROT os índices referentes ao grau de rotatividade, $RMED$ é a remuneração média e $CSAL$ é a concentração salarial.

4.2.1 Resultados dos índices de rotatividade, escolaridade, remuneração média e concentração salarial em Teresina

Inicialmente apresentam-se os cálculos dos índices para a rotatividade, escolaridade, remuneração média e concentração salarial. Para facilitar a compreensão foram construídos gráficos que ilustram o comportamento dos resultados da economia teresinense durante o período de 2010 a 2019.

Nesta seção, comentaram-se respectivamente sobre as variáveis que são necessárias para o cálculo e sobre o modelo matemático adotado para o cálculo do IQEF. A seguir, apresentam-se os resultados encontrados para cada um dos índices que compõem o IQEF.

4.2.1.1 Índice de rotatividade

A Tabela 1 mostra o índice de rotatividade para os setores da economia teresinense. Como foi dito anteriormente, para a avaliação dos índices de rotatividade serão tomados como referência o índice 0 como o melhor valor e o índice 1 para o pior valor.

No ano de 2019, todos os setores apresentam índices de rotatividade acima da média. A partir das informações na tabela, nos seis primeiros anos, os resultados gerais para Teresina são marcados por baixos índices de rotatividade. A partir de 2016, mais precisamente, os setores têm seus piores índices. O comércio também apresenta o mesmo comportamento, porém seus resultados só começam a evoluir a partir de 2016.

O setor de serviços apresenta os maiores resultados de rotatividade, com exceção para o ano de 2015, que apresenta o melhor resultado entre os setores. Ao tirar a média dos índices de rotatividade de todos os setores, os serviços industriais de utilidade pública destacam-se com o pior resultado de rotatividade, seguido do setor de serviços e agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca, este último registrando o pior resultado em 2019.

Tabela 1 – Índice de rotatividade nos setores da economia de Teresina (2010-2019)

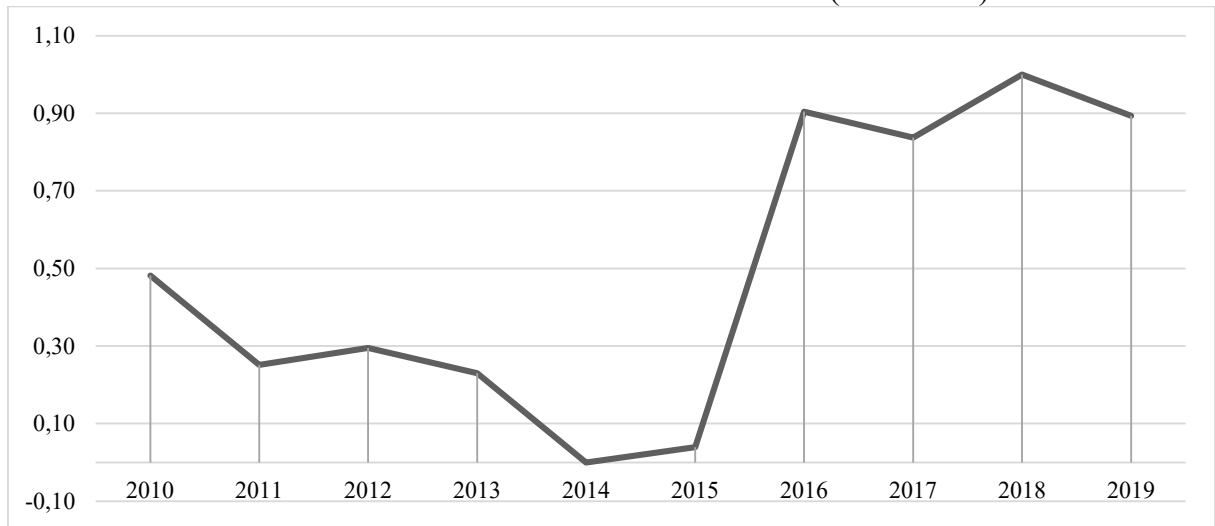
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Extrativa mineral	0,00	0,00	0,17	0,45	0,29	0,95	0,67	0,39	1,00	0,54
Indústria de transformação	0,30	0,00	0,18	0,27	0,29	0,72	1,00	0,85	0,70	0,75
Serviços Ind. de Utilidade Pública	0,90	1,00	0,97	0,00	0,73	0,70	0,46	0,83	0,75	0,54
Construção Civil	0,00	0,06	0,13	0,22	0,06	0,83	0,97	0,97	1,00	0,68
Comércio	0,11	0,14	0,00	0,09	0,00	0,08	1,00	0,75	0,89	0,73
Serviços	1,00	0,61	0,74	0,66	0,45	0,00	0,75	0,69	0,86	0,86

Administração Pública	0,08	0,15	0,00	0,73	0,32	0,67	1,00	0,46	0,02	0,80
Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	0,47	0,00	0,66	0,39	0,38	0,26	0,74	0,90	0,95	1,00
Teresina	0,48	0,25	0,29	0,23	0,00	0,04	0,90	0,84	1,00	0,89

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE – Teresina (2022).

O índice de rotatividade para Teresina apresenta seus melhores resultados até o ano de 2015, e essa performance aparece para quase todos os setores da capital. O Gráfico 19 permite uma melhor compreensão dos dados para Teresina. Ao se observar, entre os anos de 2010 e 2014 os resultados decrescem, com o melhor resultado em 2014, ou seja, pode-se concluir que em geral houve crescimento do grau de rotatividade no mercado de Teresina.

Gráfico 19 – Índice de rotatividade - Teresina (2010-2019)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE – Teresina (2022).

A partir de 2015, os resultados gerais da rotatividade para Teresina apresentam um panorama preocupante, registrando os piores índices dentro do período analisado. O ano de 2018 ganha o destaque como o pior resultado.

4.2.1.2 Índice de escolaridade

No Tabela 2, apresenta-se o comportamento do índice de escolaridade no período de 2010 a 2019 e pode-se observar que os resultados refletem contínuo crescimento nos níveis de educação fundamental, médio e superior, com destaque para o ensino médio e ensino superior, revelando a maior proporção de trabalhadores com esses níveis completos.

A partir do cálculo da média aritmética por setor, é possível notar que os setores que possuem melhor desempenho quanto à ocupação de vagas por profissionais com melhor escolaridade são, respectivamente: serviços; administração pública; indústria de transformação; comércio; agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca; construção civil; serviços industriais de utilidade pública; e extrativa mineral.

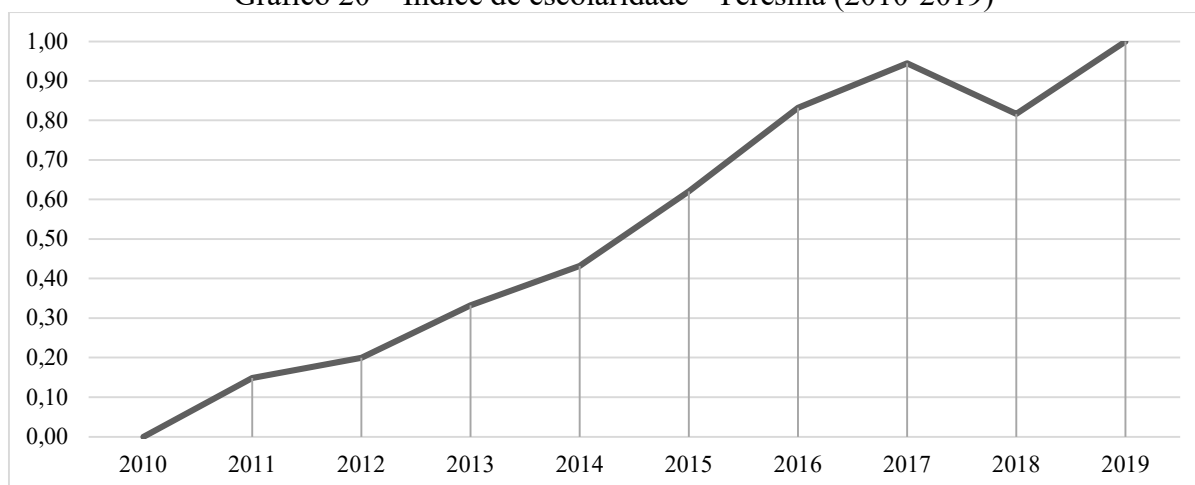
Tabela 2 – Índice de escolaridade nos setores da economia de Teresina (2010-2019)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Extrativa mineral	0,04	0,00	0,44	0,52	1,00	0,32	0,01	0,13	0,71	0,35
Indústria de transformação	0,00	0,06	0,20	0,43	0,55	0,59	0,70	0,83	0,95	1,00
Serviços Ind. de Utilidade Pública	0,04	0,10	0,01	0,08	0,02	0,00	0,85	0,95	0,92	1,00
Construção Civil	0,00	0,08	0,21	0,25	0,31	0,46	0,67	0,80	0,95	1,00
Comércio	0,00	0,13	0,27	0,28	0,44	0,58	0,74	0,83	0,92	1,00
Serviços	0,00	0,21	0,28	0,43	0,61	0,77	0,92	0,96	0,97	1,00
Administração Pública	0,00	0,29	0,31	0,68	0,70	0,75	0,82	1,00	0,26	0,97
Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	0,00	0,11	0,04	0,77	0,86	0,45	0,40	0,52	0,75	1,00
Teresina	0,00	0,15	0,20	0,33	0,43	0,62	0,83	0,94	0,82	1,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE – Teresina (2022).

Note-se a atenção para o setor de serviços, que é o setor que registra maior crescimento do número de vínculos e demonstra o aumento da exigência de qualificação por parte das empresas contratantes. É importante pontuar que o mesmo setor registrou o segundo melhor resultado de rotatividade.

Gráfico 20 – Índice de escolaridade - Teresina (2010-2019)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE – Teresina (2022).

No Gráfico 20, tem-se uma melhor visão da evolução do índice de escolaridade. Com exceção do ano de 2018, a escolaridade apresenta contínuo crescimento em Teresina, resultado alavancado pelo ensino superior completo, que apresenta o melhor nível de crescimento, comparando 2010 com 2019 e, no cálculo do índice de escolaridade, recebe peso 3.

O crescimento registrado a partir de 2010 possibilita afirmar que os principais fatores que contribuem para tal desempenho são:

- a) aumento do acesso a instituições de ensino;
- b) aumento da taxa de alfabetização;
- c) crescimento do índice de alunos que se matriculam nas instituições de ensino;
- d) aumento do número de alunos que completam o curso nos níveis fundamental, médio e superior;
- e) expansão das instituições de ensino fundamental, médio e superior;
- f) queda nos índices de evasão escolar;
- g) redução nas estatísticas de reprovação.

4.2.1.3 Índice de remuneração média

A Tabela 3 mostra os índices para a remuneração média dos trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos. Observa-se que os setores da agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca têm os melhores índices de remuneração média, e, mesmo quando se analisa a remuneração média absoluta, o setor aparece em segundo lugar com o melhor nível de crescimento quando comparado 2010 com 2019, ficando atrás apenas da administração pública, que aqui aparece na terceira posição.

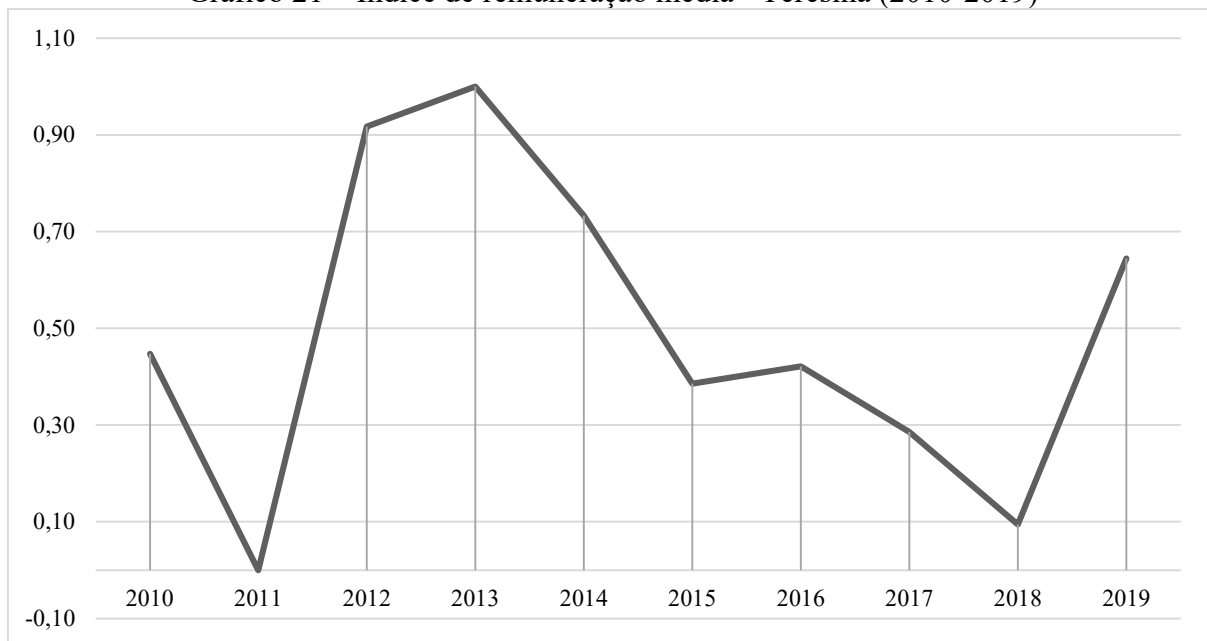
Tabela 3 – Índice de remuneração média nos setores da economia de Teresina (2010-2019)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Extrativa mineral	0,44	0,24	0,27	0,02	0,00	0,25	0,29	0,52	0,41	1,00
Indústria de transformação	0,00	0,05	0,15	0,08	0,13	0,10	0,26	0,37	0,42	1,00
Serviços Ind. de Utilidade Pública	0,10	0,00	0,18	0,17	0,14	0,21	0,54	0,59	0,56	1,00
Construção Civil	0,27	0,01	0,29	0,39	0,11	0,14	0,00	0,03	0,29	1,00
Comércio	0,02	0,00	0,20	0,32	0,10	0,11	0,37	0,33	0,30	1,00
Serviços	0,33	0,00	0,31	0,35	0,49	0,62	0,80	0,77	0,90	1,00
Administração Pública	0,76	0,60	1,00	0,97	0,73	0,42	0,40	0,30	0,07	0,00
Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	0,98	0,42	0,98	0,00	0,92	1,00	0,98	0,99	0,99	1,00
Teresina	0,45	0,00	0,92	1,00	0,73	0,39	0,42	0,29	0,09	0,64

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE – Teresina (2022).

Conforme já dito, a análise dos dados é feita com referência a 0 para o pior valor e 1 para o melhor. O ano de 2019 destaca-se por apresentar o índice máximo para quase todos os setores, com exceção da administração pública, e, devido à relevância desse setor, pelo número de vínculos e remuneração média, os melhores resultados para Teresina ficam nos anos de 2012 e 2013. Outro destaque fica para os setores de construção civil, indústria e comércio, em que se encontram os piores índices de remuneração média, quando comparados com outros setores.

Gráfico 21 – Índice de remuneração média - Teresina (2010-2019)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE – Teresina (2022).

O índice de remuneração média cresce a partir de 2011 impulsionado por aumento proporcional da classe de trabalhadores que ganham de 1 a 5 salários mínimos. No Gráfico 21, observa-se um crescimento da remuneração média apenas nos anos de 2012 e 2013. De 2014 a 2018, nota-se queda da remuneração média e 2018 registra o menor nível de remuneração.

4.2.1.4 Índice de concentração salarial

Concentração de renda é quando a maior parte da riqueza de um país está concentrada nas mãos de poucos, enquanto a maior parte da população detém a menor parcela de riqueza. Partindo dessa definição, será trabalhado o índice de concentração salarial como uma variável negativa, ou seja, será atribuído, para a análise, o índice 1 para o pior valor e o índice 0 para o melhor.

Tabela 4 – Índice de concentração salarial nos setores da economia de Teresina (2010-2019)

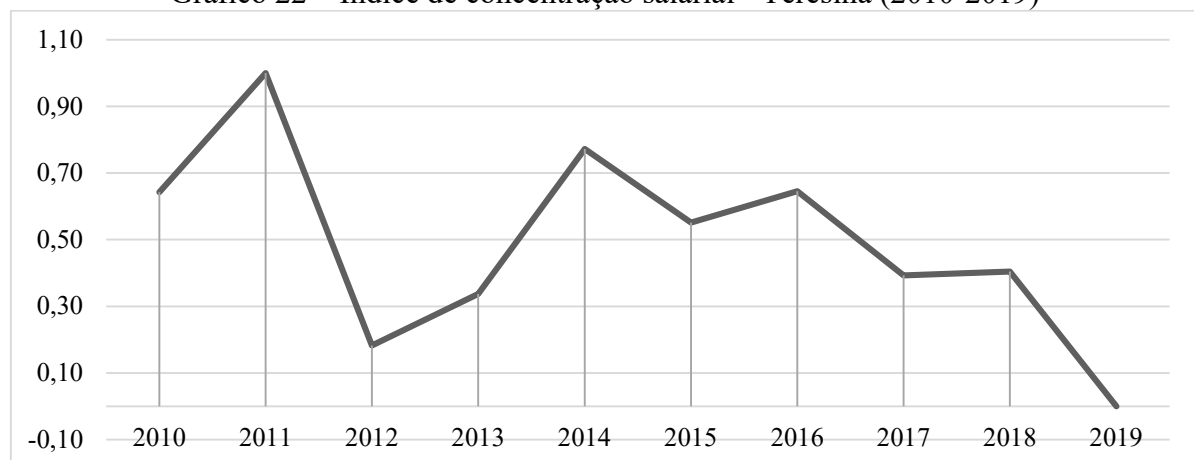
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Extrativa mineral	0,48	0,55	0,55	0,69	1,00	0,44	0,18	0,20	0,29	0,00
Indústria de transformação	0,00	0,46	0,30	0,54	0,84	0,94	0,94	0,77	1,00	0,20
Serviços										
Industr. de Utilidade Pública	0,21	0,20	0,06	0,24	0,10	0,00	1,00	0,93	0,47	0,02
Construção Civil	0,00	0,36	0,22	0,35	1,00	1,00	0,80	0,79	0,90	0,68
Comércio	0,00	0,41	0,26	0,35	0,87	1,00	0,90	0,61	0,74	0,58
Serviços	0,88	1,00	0,46	0,62	0,75	0,46	0,51	0,32	0,15	0,00
Administração Pública	0,38	1,00	0,02	0,38	0,65	0,53	0,20	0,06	0,24	0,00
Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	0,06	0,76	0,00	1,00	0,45	0,30	0,35	0,41	0,52	0,66
Teresina	0,64	1,00	0,18	0,34	0,77	0,55	0,65	0,39	0,40	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE – Teresina (2022).

Na Tabela 4, os serviços industriais de utilidade pública aparecem com a menor concentração salarial. Em 2016, teve seu pior índice, 1, e, dentro do período analisado, no ano de 2015, o melhor resultado, 0. O setor da administração pública é o segundo com menor concentração salarial. O ano de 2019 registra os melhores resultados, mostrando uma redução da concentração salarial no setor.

Na sequência, a análise do Gráfico 22 mostra que, no ano de 2011, todos os setores sofreram aumento no índice de concentração.

Gráfico 22 – Índice de concentração salarial - Teresina (2010-2019)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE – Teresina (2022).

Esse aumento no índice de concentração em todos os setores pode ser confirmado pela redução do índice de remuneração média. No geral, o índice de concentração sofreu redução a partir de 2014, mostrando mais uma vez uma evolução do mercado de trabalho formal da capital.

4.3 ÍNDICE DE QUALIDADE DO EMPREGO FORMAL

O Índice de Qualidade do Emprego Formal (IQEF) permite que sejam observados aspectos dos fatores sistêmicos no tocante à questão social e trabalhista. Depois de calculados os índices para a rotatividade, escolaridade, remuneração média e concentração salarial, partimos para a etapa seguinte, que é o cálculo do IQEF. A partir desse parâmetro, nesta seção serão apresentados os resultados obtidos através do modelo matemático do IQEF e serão feitas observações a respeito dos resultados encontrados.

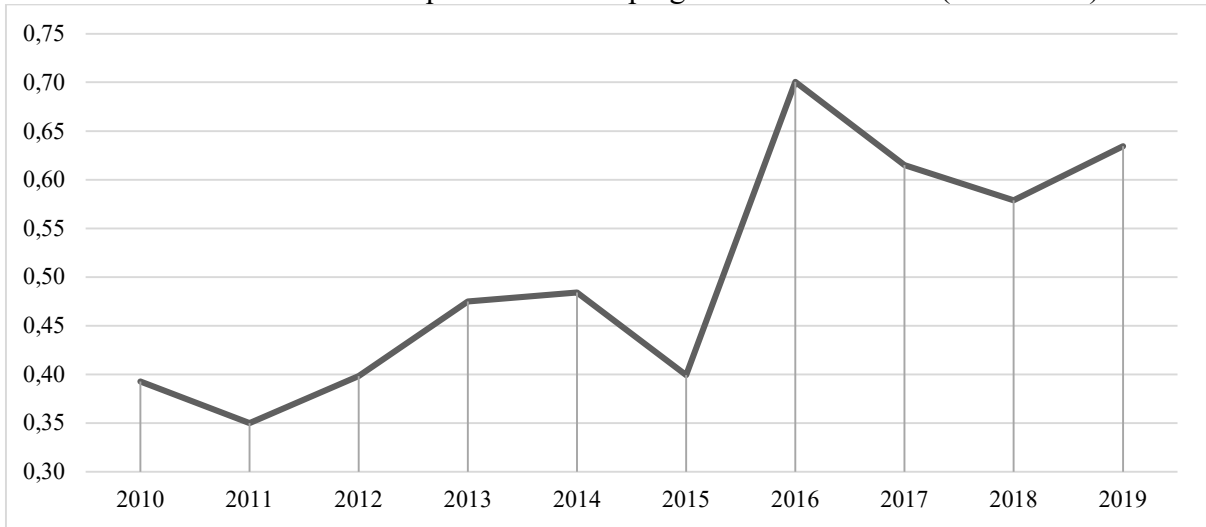
Tabela 5 – Índice de Qualidade do Emprego Formal nos setores da economia de Teresina (2010-2019)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Extrativa mineral	0,24	0,20	0,36	0,42	0,57	0,49	0,29	0,31	0,60	0,47
Indústria de transformação	0,07	0,14	0,21	0,33	0,46	0,59	0,73	0,71	0,77	0,74
Serviços Ind. de Utilidade Pública	0,31	0,33	0,30	0,12	0,25	0,23	0,71	0,83	0,68	0,64
Construção Civil	0,07	0,13	0,21	0,30	0,37	0,61	0,61	0,65	0,78	0,84
Comércio	0,03	0,17	0,18	0,26	0,35	0,44	0,75	0,63	0,71	0,83
Serviços	0,55	0,46	0,45	0,51	0,57	0,46	0,74	0,68	0,72	0,71
Administração Pública	0,30	0,51	0,33	0,69	0,60	0,59	0,60	0,45	0,15	0,44
Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	0,38	0,32	0,42	0,54	0,65	0,50	0,62	0,71	0,80	0,92
Teresina	0,39	0,35	0,40	0,47	0,48	0,40	0,70	0,62	0,58	0,63

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE – Teresina (2022).

Como nenhum índice foi ponderado, todos os índices possuem a mesma influência no cálculo do IQEF. Observando o Gráfico 23, pode-se perceber que em 2015 a queda se reflete no geral, mostrando um ambiente de trabalho com baixa qualidade. O que causou essa queda no IQEF de 2015 foi o fato de nesse período o índice de rotatividade e a remuneração média terem registrado baixos resultados.

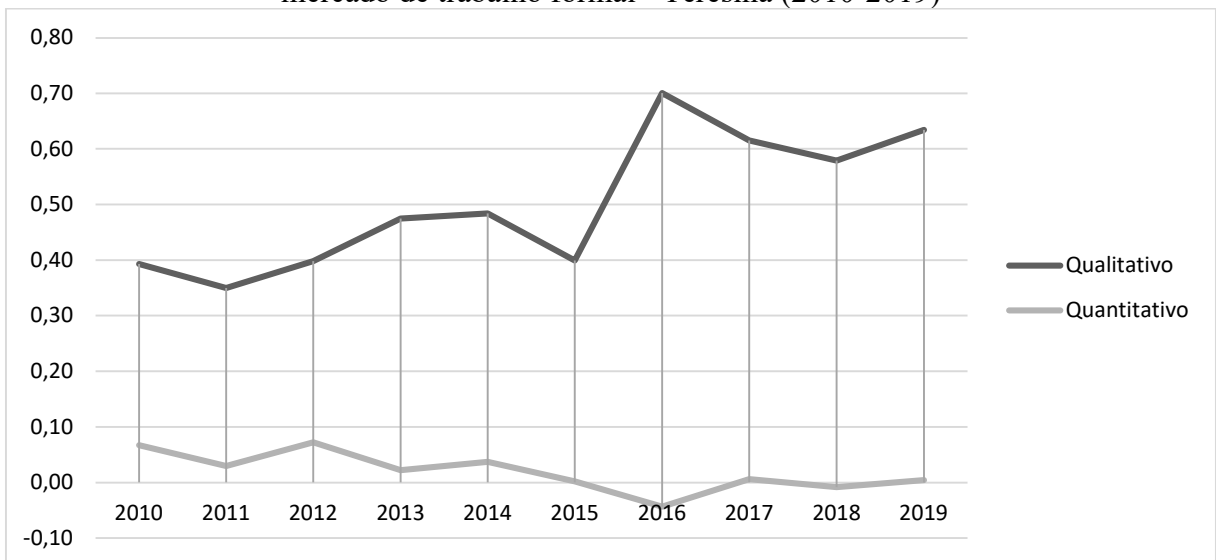
Gráfico 23 – Índice de qualidade do emprego formal - Teresina (2010-2019)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE – Teresina (2022).

Por fim, será demonstrado um gráfico comparativo entre o crescimento quantitativo e o crescimento qualitativo. A construção do gráfico quantitativo teve como base os dados referentes à evolução do número de vínculos empregatícios em Teresina de 2010 a 2019 (Gráfico 9). Posteriormente, foi calculado o percentual de crescimento de um ano para outro, demonstrando o movimento evolutivo a partir de 2010.

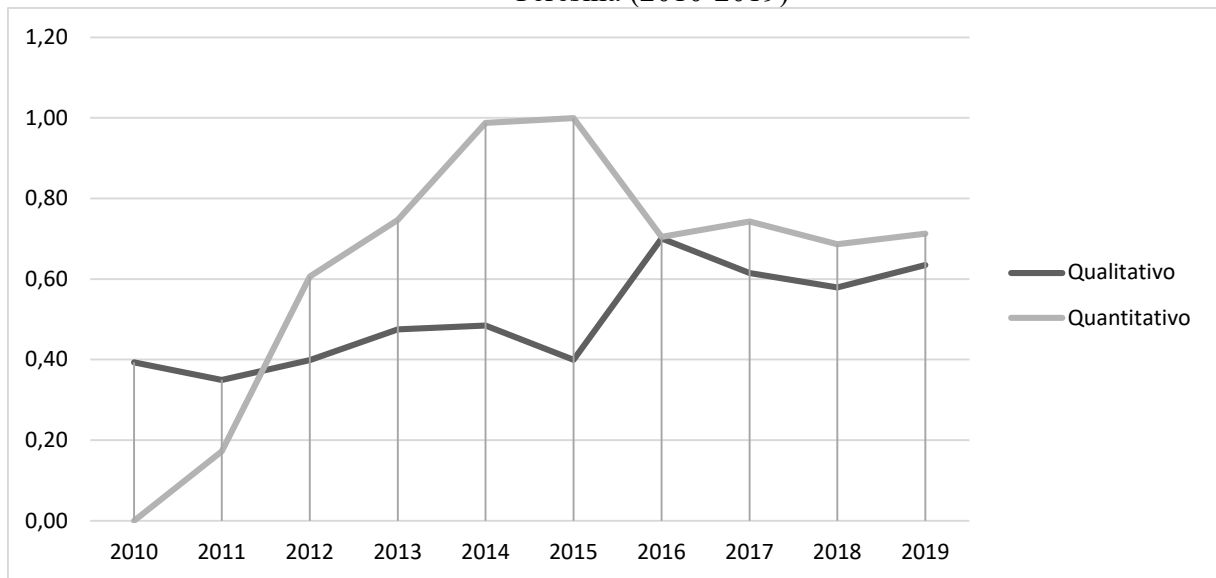
Gráfico 24 – Comparativo entre a evolução qualitativa e a taxa de crescimento quantitativo do mercado de trabalho formal - Teresina (2010-2019)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE – Teresina (2022).

Observado o Gráfico 24, tem-se a evolução quantitativa do mercado de trabalho formal expressada pela taxa de crescimento do ano em relação ao ano anterior. Dessa forma, concluímos que, no ano de 2012, registrou-se a maior taxa de crescimento de vínculos e o pico quantitativo de vínculos foi em 2015, com 289.912 trabalhadores formais em Teresina. No mesmo ano, o IQEF apresentou queda. No ano de 2016, o movimento de ambos os gráficos é inverso, mostrando que o crescimento qualitativo atinge o pico no mesmo momento em que o crescimento quantitativo registra sua pior performance no período analisado.

Gráfico 25 – Comparativo entre a evolução qualitativa e quantitativa do mercado de trabalho formal Teresina (2010-2019)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MTE – Teresina (2022).

O Gráfico 25 ilustra melhor o comportamento inverso de ambas as variáveis. Dessa vez, apresenta-se o gráfico quantitativo a partir dos resultados obtidos do modelo matemático 2 apresentado aqui, onde se transforma cada resultado da evolução de vínculos em um índice que varia de 0 a 1, sendo 0 o pior resultado possível e 1 o melhor resultado possível. Entende-se que, quando o mercado de trabalho expande, crescendo o número de vínculos, a qualidade do perfil do trabalhador cai, e, quando o número de vínculos formais do mercado de trabalho reduz, acontece uma triagem entre os melhores e piores perfis, não sendo, necessariamente, um crescimento da mão de obra qualificada, mas sim um maior aproveitamento da mão de obra qualificada.

Esse efeito de redução dos vínculos formais do mercado de trabalho justifica, além da evolução dos resultados de escolaridade, a redução da rotatividade e a redução do índice de concentração da renda.

Pode-se concluir que a reestruturação produtiva do mercado de trabalho formal teresinense entre os anos 2010 e 2019 promoveu crescimento quantitativo, ou seja, o número de vínculos formais cresceu 12,2% durante o período analisado. Acompanhado desse resultado, essa reestruturação produtiva também promoveu o crescimento qualitativo, representado neste estudo pelo IQEF, que apresentou crescimento de 61,5% no mesmo período.

As empresas demandam mão de obra cada vez mais qualificada, tendo em vista os ganhos produtivos. Dessa forma a tendência é melhorar o índice de escolaridade (grau de instrução) pelo aumento das exigências de conhecimento que os processos produtivos em célula, com participação do operariado nas decisões operacionais, trazem.

Através de análises dos dados coletados, observa-se que, além de o grau de instrução obter evolução, houve também redução da rotatividade elencada por esse aumento do nível de escolaridade. A rotatividade tenderia a diminuir devido aos investimentos que são feitos na formação inicial e continuada do pessoal, investimentos que normalmente trazem maiores resultados mantendo a mesma equipe e não adotando políticas de rotatividade para manutenção de baixas produtividades ou reduções salariais.

Em relação aos salários, a concentração de renda apresentou queda, justificada pela redução das estruturas hierárquicas. Assim, melhorias no IQEF podem ser entendidas como reflexos da reestruturação produtiva sobre a qualidade do emprego formal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios enfrentados pelo mercado de trabalho brasileiro vão além da necessidade de redução do desemprego com a criação de postos de trabalho formal ou a busca pela generalização do trabalho decente através da qualificação profissional. Adicionam-se as necessidades de equalização e de superação de padrões históricos estabelecidos quando se trata de segregações por gênero ou raça, empregabilidade para jovens e redução da concentração de renda.

Dito isso, a finalidade central desta pesquisa foi analisar se a reestruturação produtiva entre os anos 2010 e 2019 promoveu incremento nos postos de trabalho formal e crescimento do IQEF. Através das análises dos dados coletados e referenciados pelo pensamento pós-keynesiano, a pesquisa avaliou se a política pública de IMO promovida pelo SINE contribuiu com a colocação efetiva de trabalhadores no mercado, se o grau de instrução obteve evolução, justificado pelo aumento das exigências de conhecimento pelo mercado, se houve uma redução da rotatividade elencada com esse aumento do nível de escolaridade e se houve aumento dos salários como resultado de uma menor rotatividade e uma maior qualificação da mão de obra.

Ao apresentar teoricamente a temática do mercado de trabalho no âmbito das economias capitalistas, no segundo capítulo, mostrou-se que à luz da Teoria Pós-Keynesiana, as autorias assumem a existência do desemprego involuntário como um problema macroeconômico decorrente do funcionamento da economia capitalista. Assumem também que a flexibilização dos salários não resulta em aumento do emprego, podendo sim trazer maior incerteza para o cálculo capitalista. Portanto propõem a atuação ativa do Estado para evitar que a economia leve suas contradições a níveis insustentáveis de desemprego.

Já no terceiro capítulo foi apresentado a IMO promovida pelo SINE, e, ao avaliar os resultados de suas principais ações, pode-se concluir que o serviço está atuando com baixa efetividade nas colocações de trabalhadores no mercado de trabalho formal teresinense. Portanto propõe-se a atuação pública no monitoramento das ações da IMO executadas pelo SINE, com a finalidade de que haja evolução na sua participação nas admissões do mercado de trabalho formal na capital piauiense ou diagnóstico do perfil da mão de obra em relação às exigências do mercado.

É importante pontuar que a IMO produz melhores resultados em períodos de prosperidade econômica, em função da alta oferta de emprego para o sistema de intermediação. Em situação de desemprego, programas alternativos como de qualificação de mão de obra e

desenvolvimento econômico setorial, regional ou local podem ser mais utilizados, quando não apenas programas assistenciais. Quanto à qualificação, a intervenção pública é necessária para impedir que a concentração de capital humano – das habilidades e competências produtivas – se torne mais pronunciada. Grupos da população dos estratos mais pobres ou em situação de desvantagem no mercado de trabalho, caso não haja intervenção públicas, dificilmente serão beneficiados por provisão de treinamento privado, e este é o perfil do usuário do SINE, que não consegue colocação na grande maioria das vagas devido ao baixo nível de conhecimento e experiências.

No quarto capítulo, demonstrou-se o comportamento do mercado de trabalho nas esferas quantitativas e qualitativas. Observa-se que o mercado de trabalho formal apresentou evolução positiva quanto ao crescimento de postos de trabalho e essa mão de obra apresentou características evoluídas, como, por exemplo, o nível de escolaridade, que apresentou uma importante evolução que resulta na redução da taxa de rotatividade. Em consequência desses dois importantes resultados, observa-se também uma redução na concentração salarial, deixando o mercado de trabalho mais equilibrado quanto aos níveis salariais, mas que não influencia no aumento da remuneração média.

Pode-se entender essa redução da concentração salarial como efeito da rotatividade dos cargos de maior salário, tendo em vista o aumento de qualificação e o equilíbrio técnico proporcionado pelo crescimento dos índices de escolaridade. Dessa forma, a partir da abordagem pós-keynesiana, pode-se afirmar que não há queda na oferta de trabalho conforme o salário real se reduz. Isso ocorre porque os trabalhadores não conseguem determinar o salário real. Ou seja, essa situação de substituição dos altos salários por uma mão de obra mais barata e qualificada gera uma redução de custos, promovendo o equilíbrio dos resultados do negócio sem gerar desemprego.

Conclui-se que a reestruturação produtiva do mercado de trabalho formal teresinense entre os anos 2010 e 2019 promoveu crescimento quantitativo e qualitativo, porém com efeitos inversamente proporcionais um em relação ao outro. Quanto mais aumenta a necessidade de mão de obra no mercado de trabalho, mais aumenta a chance de entrada de mão de obra sem perfil adequado resultando no aumento da rotatividade. Convergindo o resultado dos três capítulos, pode-se afirmar que fica compreensível entender a dinâmica do mercado de trabalho teresinense e que cabe no futuro analisar os principais fatores que interferem nos resultados das ações do SINE e as contribuições do serviço para evolução do IQEF.

REFERÊNCIAS

AMADEU, E. J. As diferentes facetas da rigidez e flexibilidade de salários na análise Keynesiana. **Revista de Economia Política**, v. 8, n. 1, p. 82-88, 1988.

APPELBAUM, E. *Post-Keynesian Theory: The Labor Market. Challenge*, v. 21, n. 6, p. 39-47, 1979.

ARAUJO, F. C.; LOUREIRO, M. R. Por uma Metodologia Pluridimensional de Avaliação da LRF. **Revista de Administração Pública**, 39 (6), p.1231 -52, nov./dez. 2005.

ARRETCHE, M. T. S. Tendências no Estudo sobre Avaliação. *In*: RICO, Elizabeth M. (Org.). Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, p. 29-39, 2009.

BARBOSA FILHO, F. H.; FERREIRA, M. L.; ARAÚJO, P. L. C. P. O Novo SINE: mudanças do modelo brasileiro de intermediação de mão de obra. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**, n. 68, Brasília: IPEA, 2020.

BORJAS, G. J. **Economia do Trabalho**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Manual de normatização da intermediação de mão de obra – IMO**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/manual-sine-Atualizado.pdf>. Acesso em: 2 de julho de 2022.

BRASIL. **Lei 13.667, de 17 de maio de 2018**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine), criado pelo Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975. Brasília: Congresso Federal, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/L13667.htm. Acesso em: 21 de janeiro de 2022.

BRASIL. OIT. **C088 - Organização do Serviço de Emprego**. Brasília: BRASIL/OIT, 2018.

BRANCHI, B. Qualidade do trabalho: uma proposta de índice de trabalho decente e sua aplicação às Unidades da Federação Brasileira. *Espacio Abierto*, n. 4, v. 26, p. 131-160, out./dez. 2017.

BUSATO, M. I.; REIF, A. C.; POSSAS, M. Uma tentativa de integração entre Keynes e Kalecki: investimento e dinâmica. **Revista de Economia Política**, v. 39, n. 3, p. 509-526, jul./set. 2019.

CACCIAMALI, M. C. As políticas ativas de mercado de trabalho no MERCOSUL. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 55, p. 85-104, 2005.

CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F. **Uma análise regional do atendimento aos mais pobres: os programas de transferência de renda**. São Paulo: Mimeo, 2007.

- CACCIAMALI, M. C.; JOSÉ-SILVA, M. F. Novos tempos e o sistema público de emprego. *In*: MORETTO, A. *et al.* (Orgs.). *As transformações do trabalho e o Sistema Público de Emprego como instrumento de inclusão social*. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), 2018.
- CAHUC, P.; ZYLBERBERG, A. *Labor Economics*. MIT Press: Cambridge, 2004.
- CAMPOS, M. J. C.; MOUTINHO, L. M. G.; CAMPOS, L. H. R. Reestruturação produtiva e qualidade do emprego formal na indústria têxtil: um estudo comparativo das regiões Nordeste e Sul. *In*: Anais do 3º Encontro Regional de Estudos do Trabalho, ABET, Recife, 2000.
- CAMPOS, M. J. C.; MOUTINHO, L. M. G. Globalização e competitividade da indústria têxtil da Paraíba e do Nordeste. *Série Texto para Discussão*. João Pessoa: CME, 1999.
- CAMPOS, M. J. C. **Processo de abertura econômica, competitividade e reestruturação produtiva da indústria têxtil brasileira**: uma análise comparativa das regiões Nordeste e Sul (1985-1998). João Pessoa, 147p. Dissertação (Mestrado) – CME Universidade Federal da Paraíba, 2000.
- CARDIM DE CARVALHO, F. J. O Paradigma Pós-Keynesiano. *Revista Wolfius*, v. 1, n. 1, 2011.
- CARDIM DE CARVALHO, F. J. *Liquidity preference and monetary economics*. London: Routledge, 2015.
- CARDIM DE CARVALHO, F. J. *On the nature and role of financial systems in Keynes's entrepreneurial economies*. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 39, n. 3, p. 287-307, 2016.
- CARDOSO JR., J. C. *et al.* **Políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil**: desafios à montagem de um sistema público, integrado e participativo. Texto para discussão nº 1237. Brasília: IPEA, 2006.
- CARVALHO, M. S. **Os Pós-Keynesianos e o pleno emprego**: uma proposta e suas origens, limites e possibilidades. 386f. Tese de doutorado. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- CHAHAD, J. P. Z. **Políticas ativas e passivas no mercado de trabalho**: aspectos conceituais, a experiência internacional e a avaliação do caso brasileiro. Brasília: CEPAL, 2005.
- CHICK, V. **Macroeconomia após Keynes**: um reexame da Teoria Geral. Rio de Janeiro: Forense, 1993.
- COHEN, E.; FRANCO, R. **A Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CONCEIÇÃO, O. A. C; GABRIANI, C. R. Institucionalistas e Pós-Keynesianos: ensaio sobre incerteza em uma economia capitalista financeira moderna. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 1, p. 1-23, jan./abr. 2019.

DAMMSKI, B. R.; CAVALIERI, M. A. R.; PINTO, J. S. P. Mapeando o Pós-Keynesianismo: uma abordagem cientométrica. **Estudos Econômicos**, v. 47, n. 4, p. 741-772, 2017.

DAVIDSON, P. *Setting the record straight on “A History of Post Keynesian Economics”*. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 26, n. 2, p. 245-272, 2003.

DEDECCA, C. S. O sistema público de emprego e a estratégia de desenvolvimento. **In**: GOZALEZ, R; MATOS, F. (Orgs.). Emprego, trabalho e políticas públicas. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), p. 49-75, 2009.

DORNELAS, L. N. D.; TERRA, F. Um percurso pela história das ideias: a moeda em Keynes. **Geosul**, v. 36, n. 80, p.145-169, set./dez. 2021.

EHRENBERG, R.; SMITH, R. S. **A moderna Economia do Trabalho**. São Paulo: Makron Books, 2000.

FERREIRA, A. N.; LEVY, M. C. P.; FRACALANZA, P. S. O (des)emprego em duas perspectivas Keynesianas. **Textos de Economia**, v. 12, n. 1, p. 58-80, jan./jun. 2009.

HERSCOVICI, A. Preferência pela liquidez, financeirização e efeitos de propagação: da não neutralidade da moeda à não neutralidade da finança. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 24, n. 2, p. 1-23, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PNADC. **População residente – Piauí**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6407#resultado>>. Acesso em: 23 de março de 2023.

JANNUZZI, P. M. *et al.* Estruturação de sistemas de monitoramento e especificação de pesquisas de avaliação: os problemas dos programas públicos são. **In**: ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (org.). Cadernos Reflexões para a Ibero-américa: avaliação de programas sociais. Brasília, DF. v. 1, p. 101-138, 2009.

KALECKI, M. [1933]. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 1980.

KEYNES, J. M. [1936]. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970.

KING, J. E. *Labor and unemployment*. **In**: HOLT, R. P. F.; PRESSMAN, S. (Eds.). *A new guide to Post Keynesian economics*. London: Routledge, 2001.

KING, J. E. *A history of Post Keynesian economics since 1936*. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.

KOVÁCS, I. A aplicação de novos princípios organizacionais. **In**: KOVÁCS, I. *et al.* (Eds.). **Temas atuais da sociologia do trabalho e da empresa**. Coimbra: Almedina, 2014.

LAVOIE, M. *An introduction to Post-Keynesian Economics*. New York: Palgrave-Macmillan, 2006.

LEWIS, A. W. *Economic development with unlimited supplies of labour*. *The Manchester School*, v. 22, n. 2, p 139-191, May 1954.

LOBO, V.; ANZE, V. Duas diretrizes para a reestruturação do sistema nacional de emprego. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**, n. 61, p. 43-48, 2016.

MONSUETO, Sandro Eduardo; GOUVEIA, Jaqueline Moraes Assis. **Um índice de qualidade do mercado de trabalho metropolitano brasileiro**. Goiânia: IDEAS, 2019.

MARSHALL, A. [1920]. **Princípios de Economia**: tratado introdutório. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DO MERCADO DE TRABALHO (ONMT). **Boletim das políticas públicas de emprego, trabalho e renda**. 3º trimestre, 2020. Disponível em: https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/BOLETIM-DAS-POL%C3%8DTICAS-P%C3%9ABLICAS-DE-EMPREGO-3%C2%BA-Trim_2020.pdf. Acesso em: 25 de maio de 2022.

OCIO, D. Z. **O emprego na Teoria Econômica**. São Paulo: EAESP/FGV/NPP, 1995.

OREIRO, J. L. Economia Pós-Keynesiana: origem, programa de pesquisa, questões resolvidas e desenvolvimentos futuros. **Ensaio FEE**, v. 32, n. 2, p. 283-312, 2011.

PRATES, M. C. R. Radiografia do emprego formal no Brasil a partir da RAIS. **Texto para discussão FGV/IBRE/CEEG**, n. 10, abr. 1997.

PRONI, M. W. **Teorias do desemprego**: um guia de estudo. Texto para discussão n. 256, IE-UNICAMP, Campinas, p. 1-44, ago. 2015.

RAMOS, C. A. **Economia do Trabalho**: modelos teóricos e o debate no Brasil. Curitiba: CRV, 2012.

ROBBINS, L. [1932]. **Um ensaio sobre a natureza e a importância da Ciência Econômica**. São Paulo: Saraiva, 2012.

ROSSETTO, M. S. **O Sistema Nacional de Emprego (SINE)**: as fragilidades de um grande sistema público. 94 f. 2019. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2019.

SANDRONI, P. (Org.). **Novíssimo dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

TADEU LIMA, G. **Em busca do tempo perdido**: a recuperação Pós-Keynesiana da economia do emprego de Keynes. Rio de Janeiro: BNDES, 1992.

WESSELS, W. J. **Economia**. São Paulo: Saraiva, 2010.